

Tribuna

Governo da Bahia mantém equilíbrio no pagamento da folha

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O Governo da Bahia desembolsa, por mês, de acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), o valor de R\$ 1,57 bilhão com o pagamento da folha. São 276 mil pessoas, entre ativos, aposentados e pensionistas, informa a Secretaria da Administração (Saeb), que coordena a operação mensal de processamento dos dados da folha, realizada por todas as unidades administrativas do Estado. A tabela de pagamento em 2021 dos servidores ativos, aposentados e pensionistas das administrações direta e indireta, fixando as datas de desembolso dos vencimentos

mês a mês, será publicada na edição deste fim de semana (dias 23 e 24) do Diário Oficial do Estado (DOE).

A tabela é uma das principais evidências de equilíbrio fiscal do govorno baiano. Em 2020, mesmo no contexto da pandemia de covid-19, a Bahia pagou os salários do funcionalismo rigorosamente em dia, assim como nos anos anteriores, além de ter honrado os compromissos com os fornecedores. O levantamento pode ser consultado no Portal do Servidor.

O Govorno informou, em nota, que "os funcionários baianos irão receber seus vencimentos geralmente no último dia de cada mês, exceto quando este dia cair em um fim de semana. Nesses casos, o valor será depositado na sexta-feira an-

terior". A primeira parcela do 13º salário será quitada ao longo do ano, segundo a gestão, já que a maior parte dos servidores estaduais opta por receber este adiantamento no mês de aniversário ou junto com as férias. Já a segunda parcela será paga no dia 20 de dezembro.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que, com o processo de pandemia ainda em curso e um longo período de falta de crescimento econômico, é importante que o Estado continue com as contas equilibradas. "A manutenção dos pagamentos em dia depende também da atuação dos servidores públicos, tanto os da Fazenda, no contexto da arrecadação, como os das demais secretarias e órgãos estadu-



O SECRETÁRIO da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que, com o processo de pandemia ainda em curso, é importante que o Estado continue com as contas equilibradas

ais, com a prática da economia e do zelo com o gasto público", declarou, em comunicado.

O secretário da Administração, Edelvino Góes, reforça a importância do equilíbrio fiscal para o Estado. "Uma boa gestão administrativa financeira é essen-

cial para que a Bahia mantenha o patamar alcançado nos últimos anos para com a responsabilidade fiscal do Govorno do Estado e consiga, neste período de pandemia, publicar uma tabela com as datas de pagamento dos vencimentos dos servidores ativos e dos be-

nefícios, para os inativos e pensionistas", ressalta.

AGENDA NO INTERIOR - Rui Costa esteve na manhã de ontem no município de Mascote, no sul baiano, para inaugurar, dentre outras obras, a reforma do centro de abastecimento no distrito de São João do Paraíso.

Veículo: Tribuna On Line	Caderno: Economia
Data 23/01/2021	



Governo da Bahia mantém equilíbrio no pagamento da folha

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que, com o processo de pandemia ainda em curso, é importante que o Estado continue com as contas equilibradas.

Tribuna da Bahia, Salvador

23/01/2021 06:30 | Atualizado há 2 dias, 2 horas e 59 minutos



Foto: Denilson Nunes / Secom

Por Henrique Brinco

O Governo da Bahia desembolsa, por mês, de acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), o valor de R\$ 1,57 bilhão com o pagamento da folha. São 276 mil pessoas, entre ativos, aposentados e pensionistas, informa a Secretaria da Administração (Saeb), que coordena a operação mensal de processamento dos dados da folha, realizada por todas as unidades administrativas do Estado. A tabela de pagamento em 2021 dos servidores ativos, aposentados e pensionistas das administrações direta e indireta, fixando as datas de desembolso dos vencimentos mês a mês, será publicada na edição deste fim de semana (dias 23 e 24) do Diário Oficial do Estado (DOE).

A tabela é uma das principais evidências de equilíbrio fiscal do governo baiano. Em 2020, mesmo no contexto da pandemia de covid-19, a Bahia pagou os salários do funcionalismo rigorosamente em dia, assim como nos anos anteriores, além de ter honrado os compromissos com os fornecedores. O levantamento pode ser consultado no Portal do Servidor.

O Governo informou, em nota, que "os funcionários baianos irão receber seus vencimentos geralmente no último dia de cada mês, exceto quando este dia cair em um fim de semana. Nesses casos, o valor será depositado na sexta-feira anterior". A primeira parcela do 13º salário será quitada ao longo do ano, segundo a gestão, já que a maior parte dos servidores estaduais opta por receber este adiantamento no mês de aniversário ou junto com as férias. Já a segunda parcela será paga no dia 20 de dezembro.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que, com o processo de pandemia ainda em curso e um longo período de falta de crescimento econômico, é importante que o Estado continue com as contas equilibradas. "A manutenção dos pagamentos em dia depende também da

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 22/01/2021	



ESTADO PUBLICA TABELA DE PAGAMENTO DO FUNCIONALISMO



admin 22 Janeiro, 2021

A tabela de pagamento em 2021 dos servidores ativos, aposentados e pensionistas das administrações Direta e Indireta, fixando as datas de desembolso dos vencimentos mês a mês, será publicada na edição deste final de semana (dias 23 e 24/01) do Diário Oficial do Estado (DOE).

Os funcionários baianos irão receber seus vencimentos geralmente no último dia de cada mês, exceto quando este dia cair em um final de semana. Nestes casos, o valor será depositado na sexta-feira anterior. A primeira parcela do 13º salário será quitada ao longo do ano, já que a maior parte dos servidores estaduais opta por receber este adiantamento no mês de aniversário ou junto com as férias. Já a segunda parcela será paga no dia 20 de dezembro.

TABELA DE PAGAMENTO													
SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA													
MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	13º	DEZ
DATA PAGTO	29/01	28/02	31/03	30/04	31/05	30/06	30/07	31/08	30/09	29/10	30/11	20/12	30/12

Veículo: G1	Economia
Data: 25/01/2021	



ESTADOS E MUNICÍPIOS BURLAM REGRA PARA REAJUSTAR SALÁRIO DE FUNCIONALISMO



admin 25 Janeiro, 2021

Na semana do Natal, enquanto Manaus já agonizava com a piora da pandemia e a falta de oxigênio nos hospitais, a Câmara de Vereadores da capital do Amazonas se reuniu em sessão extraordinária no dia 21 para aprovar dois projetos que aumentaram os salários de vereadores, prefeito, vice-prefeito, secretários e subsecretários. A partir de 1º de janeiro de 2022, o salário do prefeito de Manaus subirá de R\$ 18 mil para R\$ 27 mil, e o dos vereadores, de R\$ 15 mil para R\$ 18,9 mil.

A Câmara de Vereadores de São Paulo seguiu os colegas de Manaus e dias depois, em 23 de dezembro, aprovou em segundo turno um aumento médio de 46,6% para os salários do prefeito,

Bruno Covas (PSDB), do vice e dos secretários da capital. A promulgação da lei foi publicada no dia 24, com o reajuste no salário de Covas de R\$ 24.175,55 para R\$ 35.462,00, também a partir de 2022.

Embora estejam proibidos reajustes para servidores até o fim deste ano, municípios e Estados estão burlando a regra para dar aumento ao funcionalismo. Além das duas capitais que já

contrataram os aumentos para 2022, pelo menos sete Estados deram reajustes ou abriram caminho para aumentos ao funcionalismo neste ano apesar da restrição legal, segundo levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo. A Lei Complementar 173, que garantiu socorro aos Estados e municípios durante a pandemia, congelou salários de servidores federais, estaduais e municipais e vetou aumento de gastos de pessoal até dezembro de 2021.

Sem congelamento

O congelamento dos salários foi um movimento capitaneado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para evitar que o dinheiro repassado ao combate à covid-19 se transformasse em aumento de salários em ano de eleições e de pandemia, quando milhões de trabalhadores da iniciativa privada perderam emprego e tiveram salários cortados. Em suas aparições públicas, o ministro costuma destacar a economia de até R\$ 132 bilhões obtida com a medida. Mas, com o “jeitinho” brasileiro, a regra tem sido desfigurada para abrir caminho a aumentos de gastos obrigatórios e permanentes.

Na época da votação, parlamentares contrários ao congelamento alegaram que nenhum prefeito ou governador daria aumento em plena pandemia. O crescimento dos gastos com pessoal é um dos principais gargalos que comprometem as finanças dos governos regionais. Porém, os arranjos políticos mostram uma disposição diferente. Embora os casos se concentrem em Estados e municípios, nem mesmo a União escapa das brechas: o Executivo federal já abriu edital para 3 mil vagas na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal.

Procurados pela reportagem, alguns órgãos silenciaram, e os que responderam rejeitaram qualquer afronta à proibição da lei que concedeu o socorro a Estados e municípios. As justificativas variam: as medidas já estavam previstas ou são cargos que estão vagos (para os quais não haveria vedação à reposição), ou ainda as autorizações não são impositivas. O Ministério da Economia, que brigou pela manutenção da regra quando o próprio Congresso Nacional ameaçou derrubar a proibição diz que a fiscalização cabe aos Tribunais de Contas estaduais e municipais. E sobre o próprio concurso autorizado pela União, a pasta informou que eles se enquadram na exceção da lei, que permite contratações para repor vagas em aberto.

Estados em crise usam brechas para contratar

Governadores e prefeitos têm se aproveitado de brechas da Lei Complementar 173, que proibiu reajustes e ampliações de gastos com pessoal como condição para um socorro bilionário durante a pandemia da covid-19, para mesmo assim conceder aumentos ou fazer contratações.

O grupo inclui Estados em péssimas condições financeiras e que estão na fila por um socorro da União.

No Rio de Janeiro, a Assembleia do Estado incluiu no Orçamento a previsão de um plano para a revisão dos salários – na prática, uma brecha para concessão de reajustes. Em estado de calamidade financeira desde 2016 e sob o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) desde 2017, o Estado ainda pagará salários 11% maiores para o governador e integrantes do primeiro e segundo escalão do Executivo, após a revogação de uma lei que cortava essas remunerações.

O rombo nas contas públicas previsto para este ano está na casa dos R\$ 20 bilhões. A Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Rio informou que a emenda do Orçamento “não é impositiva”: “Pode haver ou não um plano de revisão anual dos servidores, o que não implica em um aumento salarial ou contratações. Não há previsão de reajustes.”

Em Goiás, a Assembleia aprovou um reajuste de até 64,61% para professores com contratos temporários que ainda não recebiam o piso nacional da categoria. A secretária de Economia do Estado, Cristiane Alkmin, disse ao Estadão que o aumento não conflita com a lei do socorro porque o piso dos professores é determinado por uma legislação federal, anterior à pandemia, e a lei trata esse tipo de aumento de gastos como uma exceção à proibição. No Pará, o governo concedeu reajuste de 3% para delegados da Polícia Civil e ainda determinou um pagamento retroativo de abono salarial a servidores da segurança pública, referente ao período de 2014 a 2017.

O anúncio foi feito pelo governador Helder Barbalho (MDB) e pela agência oficial de notícias. O governo do Estado, porém, não respondeu ao pedido do Estadão para detalhar o impacto financeiro da medida e se há violação das restrições impostas pela lei 173. Em Mato Grosso do Sul, o governo discute uma proposta para incorporar o adicional de produtividade ao salário de fiscais tributários e auditores do Estado. Na prática, isso eleva a remuneração porque outros benefícios incidiram sobre o salário mais gordo – além de não haver impedimentos no futuro para a criação de novos adicionais. O governo estadual também não respondeu à reportagem.

Em Minas Gerais, o governador Romeu Zema (Novo) adota o discurso contra privilégios, mas sancionou uma lei que amplia possibilidade de novas gratificações para o Judiciário estadual e aumenta o número de vagas para desembargadores. O governo mineiro não respondeu ao pedido de entrevistas. Já o Rio Grande do Sul anunciou concursos públicos para preencher 3,4 mil vagas, a maior parte de professores e profissionais da Secretaria de Saúde. Tanto a Procuradoria-Geral do Estado quanto o governador, Eduardo Leite (PSDB), afirmaram em

recente entrevista coletiva que as contratações não violam a lei porque preenchem cargos que já estavam vagos.

Nas prefeituras de São Paulo e Manaus, os reajustes ficaram para 2022, mas já foram contratados e, no caso da capital do Amazonas pode ser implementado ainda este ano, caso a proibição na lei federal seja revogada. Além disso, a remuneração dos prefeitos funciona como teto da remuneração dos servidores municipais. Em São Paulo, categorias vinham pressionando os vereadores a conceder o reajuste para driblar o que vinha então funcionando como trava, impedindo mais aumentos para a elite do funcionalismo. A Prefeitura disse ao Estadão que a lei do reajuste é “autorizativa” e que o teto salarial só será alterado se a pandemia estiver superada em 2022.

Segundo a assessoria do prefeito, Bruno Covas (PSDB), a mudança é importante porque o teto do funcionalismo não é corrigido desde 2012, e a defasagem favorece a evasão de profissionais de carreiras com salários elevados e com alta qualificação, como auditores fiscais. Em Manaus, nem a Câmara de Vereadores, nem a Prefeitura responderam aos pedidos de informações da reportagem. Em abaixo-assinado, entidades, instituições, pastorais e movimentos sociais pediram a rejeição dos projetos.

atuação dos servidores públicos, tanto os da Fazenda, no contexto da arrecadação, como os das demais secretarias e órgãos estaduais, com a prática da economia e do zelo com o gasto público”, declarou, em comunicado.

O secretário da Administração, Edelvino Góes, reforça a importância do equilíbrio fiscal para o Estado. “Uma boa gestão administrativa financeira é essencial para que a Bahia mantenha o patamar alcançado nos últimos anos para com a responsabilidade fiscal do Governo do Estado e consiga, neste período de pandemia, publicar uma tabela com as datas de pagamento dos vencimentos dos servidores ativos e dos benefícios, para os inativos e pensionistas”, ressalta.

AGENDA NO INTERIOR - O governador Rui Costa esteve na manhã de ontem no município de Mascote, no sul baiano, para inaugurar, dentre outras obras, a reforma do centro de abastecimento no distrito de São João do Paraíso, que fica às margens da BR-101 e foi reformado com um investimento de R\$ 889 mil. Na ocasião, o governador assinou a ordem de serviço que garante o início das intervenções de requalificação da Praça Presidente Médici, também em São João do Paraíso. O investimento nesta ação supera os R\$ 718 mil.

"Um mercado novo é importante no ponto de vista da saúde pública, para quem vende e para quem compra. Importante no ponto de vista do conforto, além de oferecer maior número de vagas para novos comerciantes. Hoje também participamos da entrega de obras de infraestrutura urbana, anunciamos construção de escola nova, ampliação da sede já existente, com estrutura educacional poliesportiva, e também novos investimentos em infraestrutura hídrica e urbana", afirmou o governador.

Rui Costa também participou da entrega de um novo centro de lazer e das obras de reforma do estádio municipal, da Praça dos Três Poderes, todos localizados na sede, e da pavimentação de ruas nos distritos de São João do Paraíso e de Teixeira do Progresso. A agenda do governador ainda contou com visita aos colégios estaduais Carolina Severino Ribeiro e Rômulo Galvão.

Veículo: G1	
Data: 22/01/2021	



Secretários de Fazenda pedem que Congresso prorrogue orçamento de guerra e auxílio emergencial

Grupo com gestores de 18 estados afirma em carta que medidas são importantes para enfrentar 'segunda onda' da Covid-19.

Secretários sugerem prorrogação pelos próximos seis meses.

Por Laís Lis, G1 — Brasília

22/01/2021 18h49 Atualizado há 2 dias

Secretários de Fazenda de 18 estados pediram ao Congresso Nacional, em carta divulgada nesta sexta-feira (22), que sejam prorrogadas medidas econômicas para o enfrentamento da segunda onda da pandemia de Covid-19.

No documento, os membros do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) pedem a **renovação do auxílio emergencial, do estado de calamidade pública e do "orçamento de guerra" por seis meses.**

A emenda constitucional do "orçamento de guerra" foi aprovada em maio e separou do Orçamento-Geral da União os gastos emergenciais para conter os danos causados pela Covid-19 no Brasil.

Desta forma, o orçamento de guerra não precisou respeitar exigências aplicadas ao orçamento regular, como a "regra de ouro" – que impede o

governo de contrair dívidas para pagar despesas correntes, como salários. O orçamento paralelo também não precisou cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na carta enviada ao Legislativo, os secretários também pedem a suspensão do pagamento de precatórios e a possibilidade de suspensão do pagamento de amortização e juros de dívidas com a União, bancos públicos e de operações de crédito feitas com instituições financeiras e multilaterais com aval da União por um ano.



Em dezembro, Guedes afirmou que retomada da economia depende da vacinação em massa contra a Covid

Segundo o documento, os auxílios pagos ao longo de 2020 foram fundamentais para preservar vidas, empregos e renda e para garantir a continuidade dos serviços públicos, principalmente na área de saúde. Sobre o auxílio emergencial para trabalhadores informais e pessoas de baixa renda, que se encerrou em dezembro de 2020, os secretários afirmam que o pagamento foi “fundamental para, além de garantir o sustento básico das famílias, impulsionar o consumo e a atividade econômica”.

Para os secretários, a continuidade da medida é essencial para não colocar milhares de famílias em situação de fome, além de manter o nível de consumo, evitando a paralisia da atividade econômica.

Os gestores estaduais também alertam para a falta de um calendário nacional de vacinação do país e afirmam que os dados de mortes e da taxa de contágio “estão em níveis alarmantes”.

Desde o fim do ano, fontes do governo vêm se dizendo **contrárias à prorrogação das medidas econômicas** contra a pandemia em 2021.

Íntegra

Confira abaixo a íntegra da carta enviada pelos secretários de Fazenda ao Congresso:

*Carta ao Poder Legislativo dos secretários de Estado da Fazenda sobre medidas urgentes para enfrentamento da segunda onda do Covid-19
22 de janeiro de 2020*

Os secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos estados e do Distrito Federal do Brasil, em face da atual crise que motivou a decretação de pandemia do Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, manifestam às egrégias Casas do Congresso Nacional sua preocupação com a urgência de se garantir a manutenção de medidas que possibilitem aos entes federados fazerem frente a este estado de calamidade, com iniciativas voltadas para mitigar a gravidade dessa crise.

A pandemia de COVID-19 fez cerca de 2 milhões de vítimas pelo mundo ao longo do ano de 2020, um momento sem precedentes na história. No Brasil, até a presente data, perdemos mais de 210 mil vidas para a doença. Além das vítimas fatais e dos impactos causados tanto na saúde pública quanto na saúde física e mental dos infectados e de seus círculos de relacionamentos, milhões de brasileiros estão sofrendo com os outros efeitos socioeconômicos da pandemia como o desemprego e a recessão. O distanciamento social é a principal forma de reduzir a taxa de contágio da doença e salvar vidas, segundo os principais expoentes da área de infectologia, microbiologia, medicina preventiva e cuidados sanitários. Ao longo desses meses, a população de praticamente o mundo todo readaptou suas relações sociais e a sociedade como um todo precisou desenvolver novas formas de interação.

Como consequência da pandemia e da nova dinâmica social por ela trazida, a atividade econômica foi significativamente impactada, de modo que uma grave crise econômica assola o mundo todo. Países como EUA, Alemanha, Reino Unido, Japão e Coreia do Sul implementaram pacotes econômicos expressivos, com programas e ações em apoio a empresas, cidadãos e entes subnacionais durante esse período de exceção, além das medidas específicas para os setores de saúde. Acompanhando o movimento global e a urgência de ações econômicas, sociais e de saúde pública que a pandemia requer, o Brasil também adotou medidas significativas em apoio a sociedade como um todo.

Em nosso país, vimos o aumento explosivo do desemprego e da pobreza, de modo que o auxílio renda emergencial foi essencial para garantir que milhões de brasileiros não passassem fome e tivessem condições básicas de sobrevivência. A transferência direta de renda às famílias mais pobres, com maior propensão a consumir, impulsionou o comércio, possibilitando uma gradual retomada da atividade econômica e mitigando os impactos na arrecadação de impostos. Em paralelo ao auxílio direto à população, mostrou-se necessário também o apoio às empresas, principalmente às pequenas e médias, via linhas de crédito para financiar capital de giro com juros baixos, e auxílio para o pagamento de salários. As medidas para a manutenção da atividade empresarial e a garantia do emprego à população, evidencia que o apoio às empresas é estratégico para a recuperação presente e futura da economia e para evitar um colapso social.

O Sistema de Saúde precisou receber uma robusta quantidade de recursos, até agora cerca de R\$ 40 bilhões, que permitiram ampliar leitos, construir hospitais de campanha, contratar profissionais de saúde de forma emergencial, desenvolver pesquisas, etc. Tais medidas precisam de continuidade para permanecer salvando vidas, principalmente em um momento em que o número de infectados pela COVID-19 voltou a crescer exponencialmente e vários Estados e inúmeros Municípios estão com ocupação máxima de leitos. De acordo com especialistas, e como a realidade de algumas cidades da Região Norte do país infelizmente nos mostra, o cenário que se desenha para as próximas semanas é de colapso do sistema de saúde, podendo superar as semanas mais críticas de julho. Neste aspecto, o auxílio federativo foi essencial para que Estados e Municípios dessem continuidade aos serviços públicos, mantivessem o pagamento dos servidores e continuassem atendendo toda a população. Além do vultoso esforço na área da saúde, prioritária deste momento, os

demais serviços públicos necessitaram passar por readaptações e não podiam ser paralisados. Todos os auxílios realizados ao longo do ano de 2020 foram primordiais para preservar vidas, garantir renda e emprego aos brasileiros e evitar o colapso dos serviços públicos estaduais e municipais. Não há dúvidas que o esforço foi grande, mas foi fundamental para atender a sociedade brasileira nesse triste período.

Lamentavelmente, ao contrário do que esperávamos, a pandemia ainda não chegou ao fim. Ainda não está definido o calendário nacional de vacinação do país e os dados de evolução de mortes e da taxa de contágio estão em níveis alarmantes e, com a volta da lotação de leitos hospitalares e dos recordes de casos, esse início de ano está sendo similar às piores semanas de julho, agosto e setembro, segundo os especialistas têm ressaltado e conforme é possível acompanhar pelas diversas mídias. Entidades de crédito internacionais recomendam ao país, um dos mais prejudicados do mundo pela pandemia, a prorrogação de auxílios e estímulos à economia.

O protagonismo dos Estados e Municípios nessa conjuntura, é fato, depende de sustentabilidade fiscal para promover as ações que os governadores se articulam para realizar em sintonia com as postulações consensuais da comunidade científica. Dessa Egrégia Casa do Congresso Nacional, esperamos cooperação para continuar respondendo aos impactos econômicos, sociais e sanitários da atual crise, sublinhando dois aspectos preliminares, que dependem de iniciativa legislativa conjunta, sem prejuízo da edição de outras medidas necessárias ao atendimento das necessidades fiscais dos Estados e Municípios – no caso de agravamento da crise, os quais se seguem:

1ª Prorrogação do Estado de Calamidade Pública por 6 meses e, conseqüentemente, a continuidade da EC 106, permitindo a suspensão temporária de bloqueios fiscais como o “teto de gastos” e da “regra de ouro”. Os auxílios realizados ao longo do ano de 2020 mostraram-se fundamentais para preservar a vida, o emprego e a renda, garantiram a continuidade dos serviços públicos e aumento de oferta em áreas prioritárias, principalmente saúde e assistência social.

2ª Prorrogação do Auxílio Renda Emergencial, que garantiu renda à população mais necessitada e foi fundamental para, além de garantir o sustento básico das famílias, impulsionar o consumo e a atividade econômica. A continuidade de tal medida é essencial para não colocar milhares de famílias em situação de fome e desamparo social, manter o nível do consumo, evitando a paralisia da atividade econômica e,

consequentemente, a arrecadação dos tributos, principalmente do ICMS, principal imposto estadual

3ª Suspensão do pagamento de precatórios e possibilidade de manutenção das suspensões dos pagamentos de amortização e juros de dívidas com União, bancos públicos e instituições financeiras internacionais e multilaterais, assim como das operações de crédito com aval da União, por 12 (doze) meses, a contar a partir de 01/01/2021, postergando por igual período os prazos de respectivas amortizações e pagamentos suspensos, para os estados que manifestem esse interesse.

Em carta, secretários de 18 Estados pedem que benefício volte a ser pago

Governos estaduais divergem sobre retorno ao estado de calamidade pública

Por **Lu Aiko Otta e Marta Watanabe** — De Brasília e São Paulo

25/01/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas



Em meio ao recrudescimento dos casos de covid-19 e ao impasse da vacina, Estados divergem sobre o retorno do estado de calamidade pública, situação que levaria à suspensão do teto de gastos e da “regra de ouro”.

Engrossando a pressão pela manutenção do auxílio emergencial, secretários de Fazenda de 18 Estados enviaram na sexta-feira uma carta aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-RR), pedindo que o benefício seja mantido. Para tanto, pedem o retorno do estado de calamidade por seis meses, com suspensão da regra de ouro e do teto de gastos.

A carta foi assinada por representantes de todos os 16 Estados do Norte e Nordeste, juntamente com Paraná e Mato Grosso do Sul. Os secretários dos demais Estados das regiões Sul e Centro-Oeste não assinaram a carta, assim como os pares do Sudeste e Distrito Federal. Para representantes de alguns dos Estados que ficaram de fora da missiva, é válido discutir uma transição para o auxílio emergencial, mas é preciso estar atento à questão fiscal e retomar a agenda de reformas.

A carta diz que a continuidade do auxílio emergencial “é essencial para não colocar milhares de famílias em situação de fome e desamparo social, manter o nível do consumo, evitando a paralisia da atividade econômica e, conseqüentemente, a arrecadação dos tributos, principalmente do ICMS, principal imposto estadual”. O documento é encabeçado pelo presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Rafael Fonteles, do Piauí. Ele explicou que alguns Estados ainda analisam o texto, mas a optou-se por enviá-la com o apoio de dois terços dos Estados por causa do recrudescimento da pandemia e um “aumento perigoso da segunda onda, que pode ser pior que a primeira”.

O que preocupa muito, diz George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, é a falta de um calendário da vacinação contra a covid-19. “Isso gera insegurança em todos os Estados e nas pessoas desassistidas nesse momento. E o auxílio parou de repente, sem um processo de transição.”

O secretário da Fazenda do Pará, René Sousa Júnior, destaca que o auxílio emergencial foi importante para a reação da arrecadação do ICMS no Estado e que parte da poupança do benefício vem sustentando ainda as vendas do varejo no mês de janeiro.

Apesar de concordar que o auxílio emergencial trouxe efeitos positivos, Henrique Meirelles, secretário de Fazenda de São Paulo, diz que o Estado não assinou a carta porque é contrário à suspensão temporária do teto de gastos e da regra de ouro. “A suspensão desses instrumentos traz incerteza, aumenta o risco e isso repercute nos juros”, diz. Ele ressalta que não é contra a discussão de um auxílio emergencial, mas é preciso encontrar espaço fiscal para isso e a única maneira seria por meio de reformas.

Cristiane Schmidt, secretária de Fazenda de Goiás, tem opinião semelhante. “O foco deve ficar na vacina e nas reformas estruturais, como a administrativa e a tributária.” O crescimento econômico, afirma, depende do aumento da produtividade, que só virá com reformas.

Marco Aurélio Cardoso, secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, diz que a transição para o auxílio emergencial é um debate válido e que já tem acontecido. Ele defende, porém, uma discussão “qualitativa” com uma discussão que contemple o auxílio e a sustentabilidade fiscal como um todo. É preciso discutir qual auxílio pode ser esse e como financiá-lo.” Os secretários de Fazenda, diz Cristiane Schmidt, não têm proposta para um novo desenho de auxílio emergencial e já há estudos de especialistas que sugerem a reorganização da rede social existente.

A carta pede também suspensão do pagamento de precatórios e das dívidas com a União, bancos públicos e organismos multilaterais por 12 meses, “postergando por igual período os prazos de respectivas amortizações e pagamentos suspensos, para os Estados que manifestem esse interesse”. Em seu conteúdo original, a carta também continha pedido para nova recomposição de receitas, mas o item foi excluído do texto final.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 23 a 25/01/2021	Caderno: Economia



Carta assinada por 18 secretários de Fazenda pede medidas urgentes contra covid e volta do auxílio

Secretários estaduais pedem pela prorrogação do estado de calamidade pública e do orçamento de guerra por mais seis meses, além de uma nova rodada do benefício às famílias necessitadas

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

22 de janeiro de 2021 | 19h14

BRASÍLIA - O recrudescimento da pandemia de **covid-19** levou 18 secretários estaduais de Fazenda a assinar uma carta ao **Congresso Nacional** pedindo a adoção de “medidas urgentes” contra a segunda onda da doença no **Brasil**. No documento, eles alertam que a crise sanitária está longe do fim e não há definição do calendário de imunização da população. O País ainda não garantiu sequer todas as doses necessárias para imunizar os integrantes do grupo de risco.

Os secretários pedem a prorrogação do estado de calamidade pública e do orçamento de guerra por mais seis meses, além de uma nova rodada de **auxílio emergencial** às famílias necessitadas.

O orçamento de guerra foi uma emenda constitucional vigente em 2020 para livrar os gastos de combate à pandemia das amarras fiscais que poderiam atrasar a resposta do governo à calamidade. Ele expirou em 31 de dezembro de 2020, juntamente com a calamidade.

“Lamentavelmente, ao contrário do que esperávamos, a pandemia ainda não chegou ao fim. Ainda não está definido o calendário nacional de vacinação do país e os dados de evolução de mortes e da taxa de contágio estão em níveis alarmantes e, com a volta da lotação de leitos hospitalares e dos recordes de casos, esse início de ano está sendo similar às piores semanas de julho, agosto e setembro, segundo os especialistas têm ressaltado e conforme é possível acompanhar pelas diversas mídias”, diz a carta.

No documento, o grupo também pede a suspensão do pagamento de precatórios (valores devidos após sentença definitiva na Justiça) e mais um adiamento no pagamento das dívidas dos Estados com **União**, bancos públicos e organismos multilaterais por 12 meses a partir de 1º de janeiro de 2021.

Os secretários argumentam que o protagonismo dos Estados e municípios “depende de sustentabilidade fiscal para promover as ações que os governadores se articulam para realizar em sintonia com as postulações consensuais da comunidade científica”. O documento não cita, no entanto, se essas articulações envolvem o endurecimento das medidas de distanciamento e isolamento social.

Nas últimas semanas, o País assistiu a uma explosão no número de casos de **covid-19** e a uma crise provocada pela falta de oxigênio para atender aos convalescentes em **Manaus** e outras cidades. Os episódios adicionaram pressão sobre o governo federal para a adoção de medidas.

A carta dos secretários chega ao Congresso num momento decisivo da disputa pelo comando da **Câmara** e do **Senado**. Em ambas as casas, diferentes candidatos acenaram com a necessidade de prorrogação do auxílio emergencial ou reforço do **Bolsa Família** para atender às famílias. Essa posição já foi defendida por **Baleia Rossi (MDB-SP)** e **Arthur Lira (PP-AL)**, na Câmara, e por **Rodrigo Pacheco (DEM-MG)** e **Simone Tebet (MDB-MS)** no Senado. O democrata foi além e, em entrevista ao **Estadão/Broadcast**, disse que o teto de gastos (mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação) não pode ser “intocado” diante de uma crise dessa magnitude.

Assinam a carta o **presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz)**, **Rafael Fonteles**, que atua no **Piauí**, além dos

secretários de **Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.**

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Consumo de carnes cresce, mas da bovina cai. Falta marketing

Aves e suínos cresceram no País. E basta olhar os motivos desse crescimento. Aves com uma distribuição, pontos de vendas de altíssima capilaridade nas assadeiras populares das carcaças, se multiplicando em bares e padarias, além da facilidade do preparo.

No campo, nas granjas, crescimento da tecnologia, da produtividade e da conversão de ração por quilo de frango.

Os suínos com campanhas nos supermercados muito bem conduzidas pela Associação Brasileira de

Criadores de Suínos (ABCS), informando o consumidor das virtudes da carne de suíno, que deixou de usar o nome "carne de porco". E inteligentemente associando o nome a saúde.

Cresceram ambas, respectivamente: aves com alta de 62%, e suínos, de 120%.

Queda per capita

Por outro lado, a carne bovina teve queda no consumo per capita, caindo de 38,8 kg/capita, em 1996, para 29,3 kg/capita, nos dias de hoje (fonte: conab e neogro).

Qual seria a razão? Seria a carne bovina mais cara, ou o que falta mesmo é uma inteligência de marketing no setor?

Todas as carnes são importantes para a saúde

Pesquisa que realizamos mostra que o consumidor tem uma percepção de que a carne bovina seja "mais cara". Desconhece cortes mais

Disputa estará muito mais no marketing que dentro das porteiras das fazendas

baratos. Associa a carne bovina com mais sabor. Porém, a considera não mais para o consumo cotidiano e, sim, para momentos especiais. E não conecta carne bovina com saúde, uma vez que esse atributo espontâneo é dominado pelo peixe.

Da mesma forma, a carne bovina perdeu a presença do "açougueiro" do bairro, e o consumidor não foi mais educado para o preparo de pratos gostosos e baratos.

A tendência de queda do consumo per capita da carne bovina não está no campo, nos pecuaristas, que, ao con-

trário, têm evoluído muito na tecnologia e gestão. O problema está na falta de marketing.

Essa proteína oferece cortes baratos e com elevadíssimo aproveitamento proteico e saudável. Todas as carnes são importantes para a saúde.

A disputa estará muito mais na estratégias de marketing, de cortes, apresentações, produtos, pontos de venda, preço e promoção, do que dentro das porteiras das fazendas. Educação e percepção do consumidor final.

MIRIAM HERMES

A produção de mel na Bahia é atividade relevante para diversificação no campo, aumentando a geração de renda em pequenas propriedades, notadamente na região de clima semiárido.

Assim é em Campo Alegre de Lourdes, 828 km de Salvador, o maior produtor de mel do estado e o quinto produtor nacional, conforme os últimos números divulgados pela Pesquisa de Pecuária Municipal (PPM) do IBGE, somando 559 toneladas na safra 2018/19.

O município, situado a 80 km do lago de Sobradinho/Rio São Francisco, faz divisa com o estado do Piauí, tem bioma de caatinga com baixos índices pluviométricos e um ciclo climático anual de pelo menos seis meses de estiagem.

O clima é semelhante ao registrado em Jeremoabo, segundo maior produtor baiano no período, somando 474 toneladas, também com clima de poucas chuvas anuais, na região do Raso da Catarina.

A Bahia, que entre 2017/18 produziu 3,2 mil toneladas, teve um incremento de 729 toneladas na safra 2018/19, somando 3,9 mil toneladas no período, deixando o estado em sétimo lugar no Brasil. A próxima pesquisa com resultado de 2020 só deve ser publicada no segundo semestre de 2021.

De acordo com a coordenadora de Apicultura e Meliponicultura da Suaf/SDR, Marivanda Eloy, a possibilidade de conciliar a produção de mel com outras culturas é uma das vantagens da atividade, "possibilitando o aumento da renda com a diversificação das fontes de produção".

A Superintendência da Agricultura Familiar (Suaf) é um braço da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (SDR). O órgão mantém o programa Parceria Mais Fortes, Juntos para Alimentar a Bahia, com apoio especial a 16 sistemas produtivos, entre eles a apicultura.

Conforme Marivanda o foco são as propriedades da agricultura familiar. "Para que o desempenho seja bom, são necessários instrumentos específicos, como EPIs e colmeias, além de conhecimento para manuseio dos enxames", disse.

Neste sentido, através do programa estadual, os produtores têm apoio para capacitação através das políticas de fomento, além do respaldo para obtenção dos



Bahia teve alta de 729 ton. de mel na safra 2018/19

Arquivo SDR / Divulgação

BOM NEGÓCIO Apicultura possibilita o incremento de renda para pequenos produtores do estado

Produção baiana de mel ajuda a diversificar atividades no campo

selos de inspeção municipais, estaduais e federal, o que agrega valor aos produtos, aumentando a renda das famílias e geração de empregos.

A construção de entrepostos com equipamentos agroindustriais para processar e embalar o mel com garantia de qualidade já ultrapassa de 100 unidades "de 2007 para cá", afirmou Eloy, salientando que as localidades com 500 ou mais colmeias tem prioridade.

Cooperativa

Atualmente com 155 cooperados e atendimento direto para mais de 500 apicultores da região, a Cooperativa Agropecuária dos Apicultores e Apicultores do Médio São Francisco (Coopamesf) está entre as iniciativas contempladas pelo apoio estadual.

Com sede em Ibotirama, processou e distribuiu 250 toneladas em 2020, ultra-

passando o ano anterior, quando foram produzidas 216 toneladas, segundo a diretora administrativa e comercial da cooperativa, Lidiane Oliveira.

A entidade atua em sete municípios do entorno, processando e enviando o Mel Velho Chico, com selo federal e vendido não apenas no mercado regional, mas com boa receptividade também em Salvador, através do Centro de Distribuição (Itapua), com atendimento remoto e entrega no endereço solicitado.

De acordo com Oliveira, a Coopamesf tem dois convênios em execução com o Estado, somando R\$ 2,5 milhões. Um deles para assessoria técnica para mais de 300 apicultores da região e outro que prevê construção de novo entreposto com capacidade para mais de 300 mil kg/ano "para beneficiamento de própolis, compostos apícolas e cera de abelha,

Campo Alegre de Lourdes é o maior produtor de mel do estado e o 5º do País

visando a diversificação de produtos".

Assim como Ibotirama, também Tucano, no território de Identidade do Sisal tem clima semiárido e aposta na apicultura como atividade complementar, importante em propriedades de produção familiar.

Presidente da Cooperativa dos Apicultores de Tucano (Cooapit), Franciéllo Macedo comemora os resultados de 2020. "Tivemos uma produção recorde de R\$ 260 toneladas e vimos o quilo pas-

sar de R\$ 5 no início do ano para R\$ 15, nos últimos meses", disse, destacando que quase toda produção é exportada.

A recuperação animou os 97 associados de 5 municípios, que tiveram tempos difíceis. "Os anos 2011, 2012 e 2013 foram praticamente perdidos. Morreram quase 75% dos enxames. Com a melhora das chuvas, a produção começou a reagir a partir de 2016", afirmou.

Macedo destacou que a produção de mel tem reflexo também na questão ambiental. "Na medida que os produtores começam a preservar a vegetação nativa, para que as abelhas se alimentem das suas flores. Isso sem falar da polinização que os insetos promovem, pois sem elas algumas plantas sequer dariam frutos".

Para qualificar a mão-de-obra foi implantado no estado o primeiro curso superior de Tecnologia

em Apicultura e em Meliponicultura do Norte e Nordeste do País, através do Governo da Bahia, em parceria com a Universidade de Taubaté (Unitau) e a Cooperativa dos Apicultores de Tucano (Cooapit).

A estrutura da cooperativa abriga as aulas práticas presenciais que acontecem a cada três meses, com exceção no período de pandemia, quando o curso teve continuidade sem estes encontros, que devem ser repostos nos próximos meses.

A primeira turma concluiu o curso no ano passado, com 20 baianos entre 28 formandos. "A ideia é capacitar os jovens Agentes Comunitários de Apicultura, que deverão disseminar o conhecimento nas suas localidades", afirmou Marivanda Eloy, que é membro da Câmara Setorial da Apicultura e da Meliponicultura da Bahia (Csam).


ENTREVISTA Leonardo Góes, secretário de Infraestrutura e Saneamento da Bahia

HÁ MUITA CONFUSÃO SOBRE A ABERTURA DE CAPITAL DA EMBASA

OSVALDO LYRA

Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do estado da Bahia desde fevereiro de 2019, Leonardo Góes está à frente do processo de abertura de capital da Embasa e da PPP para a Região Metropolitana de Feira de Santana. De acordo com ele, há muita confusão sobre a abertura do capital da empresa pública, “pois não haverá privatização”. O secretário fala ainda sobre o Novo Marco Regulatório do Saneamento e sobre a segurança das barragens na Bahia.

Secretário, o Novo Marco Regulatório do Saneamento foi alvo de intensa discussão no Congresso Nacional ano passado. Como ele impacta a Bahia e como o estado se preparou para ampliar a política de saneamento?

O Novo Marco Legal do Saneamento se tornou um desafio para o setor no cenário nacional, isso porque, além de alterar diversos normativos, traçou diretrizes para atingir as metas impostas, em especial a meta de universalização que é de 99% de cobertura para abastecimento de água e 90% de cobertura e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033, independente da realidade e peculiaridades de cada Estado. Ciente da necessidade de promover e incentivar parcerias ou mesmo captar recursos privados para o setor, e antes mesmo do Novo Marco Legal Federal, o Governo da Bahia promoveu a formação de blocos regionais, criando as microrregiões de saneamento básico, instituídas por Lei Complementar nº 48 de 2019. Esse desenho permite que se proponham modelagens adequadas às proviões do serviço de saneamento básico, em uma escala geográfica ampliada. Boa parte dos municípios não possui capacidade financeira e técnica para produzir estudos, outros apresentam relação desproporcional entre receita e a necessidade de investimentos. Em ambos os casos, a regionalização trará benefícios, pois os projetos serão concebidos regionalmente, promovendo economia de escala e por consequência, viabilidade técnica e econômica, tornando o setor atrativo para investimentos.

Houve vetos do presidente Bolsonaro ao projeto e alguns deles ainda não foram apreciados pelo Congresso Nacional. Como o senhor avalia?

O Governo da Bahia trabalha com a legislação vigente, cabe ao Congresso Nacional analisar os vetos. Mas, podemos afirmar que o veto, quanto a possibilidade de renovação dos contratos de programa para os serviços de saneamento por mais 30 anos, gerou uma instabilidade financeira e operacional na atuação das empresas estatais, que consequentemente terão que estudar uma nova forma de atuação no mercado. Quanto a isso, foi quase unanimidade a importância de se estabelecer um período para a transição, com o intuito de preservar os ativos das empresas estaduais, que pertencem à população.

A frente da secretaria de Infraestrutura Hídrica e Sa-

neamento da Bahia, o senhor comanda a Agersa, Cerb e a Embasa. Como vê as críticas relacionadas à falta de abastecimento de água e ao esgotamento sanitário? Faltam investimentos?

Muito pelo contrário. Nos últimos cinco anos, o Governo do Estado investiu cerca de R\$ 3,4 bilhões para levar água de qualidade e ampliar o acesso ao esgotamento através da construção de novos sistemas de abastecimento e distribuição de água e de redes de esgoto em todas as regiões da Bahia. Apesar de todo investimento e esforços por parte do Governo, aqui na Bahia, estima-se que o montante necessário para garantir a toda a população o acesso a serviços de água tratada e a destinação adequada ao esgoto é superior a R\$ 14 bilhões, para execução até 2033. Entendemos que a universalização do saneamento básico será atingida com uma combinação de investimentos público e privado, por meio de modelagens que sejam adequadas à melhor provisão desses serviços.

Estamos no verão, período de estiagem. Nesta época do ano várias cidades apresentam problemas no abastecimento de água e os relatos são de descontinuidade no serviço. Como o estado pensa em resolver esse problema, que é recorrente e prejudica tanto a população?

Dos 417 municípios da Bahia, mais da metade estão situados na região do Semiárido, ou seja, sofrem, constantemente, com a falta de água. Por isso, para melhorar a qualidade de vida de quem convive com a seca, nos últimos cinco anos, 612,3 mil novas ligações de água da Embasa foram feitas atendendo a mais 1,93 milhão de pessoas. O Governo também construiu a Barragem do Rio Colônia, implantou 251 km de adutoras e 2,3 mil sistemas simplificados de abastecimento de água (SSAA) no meio rural. Aliado a isso, a secretaria prepara, atualmente, o Plano Estadual de Segurança Hídrica, que tem o objetivo de garantir a segurança hídrica para os locais mais críticos em todos o estado. O objetivo é proporcionar um melhor conhecimento da realidade hídrica de cada região baiana e viabilizar a elaboração de projetos de preservação e recuperação dos principais rios do estado e seus afluentes. Vai também identificar obras de infraestrutura hídrica, cujos resultados vão contribuir para maior disponibilidade dos recursos hídricos. Vale destacar que são obras de grande porte, geralmente executadas com recursos da União, já há alguns anos com es-



SIHS / Divulgação

casos de repasse para os estados, se constituindo em mais um desafio para a execução desses empreendimentos. Para fazer frente a essa falta de recursos, outrora feita pelo Governo Federal, se faz ainda mais necessária a inclusão de investimentos da iniciativa privada para o avanço dos serviços do setor.

O último ano foi de chuvas intensas em quase todas as regiões da Bahia. Como as barragens do estado se comportaram e qual segurança elas trazem em termos de abastecimento?

Olha o ano de 2020 foi muito importante para a garantia hídrica na Bahia. O nível de operação das barragens estaduais se manteve em situação normal e, muitas vezes, as barragens verteram, garantindo a segurança e a oferta hídrica no Estado. O aumento no volume das barragens, diante de um cenário de emergência na saúde pública, criou uma condição favorável, reforçando os sistemas de abastecimento de água, atendendo a população em geral, que necessita de acesso a água para realizar suas atividades diárias e de higienização, essenciais para o enfrentamento à pandemia do Coronavírus, atendendo aos sistemas públicos e privados de saúde. Outro fator importante é a recuperação e manutenção desses reservatórios. Em 2020, avançando na implementação de medidas para a conservação das estruturas das barragens sob sua responsabilidade, a SIHS, concluiu através de suas vinculadas, 4 obras de recuperação em barragens - Santa Helena, Ponto Novo, Afligidos e Lagoa do Horta. Também estão em andamento, 5

obras de recuperação, das Barragens de Cipó, Mateiro e Serra de Palha, Barragem de Beco Bebedouro, em Seabra e a Barragem de Cotia, em Boninal.

Era justamente sobre isso que queria falar, secretário. E a segurança das barragens?

O tema da segurança das barragens se tornou corriqueiro e a preocupação com elas também, dado os incidentes que houve no país. Obviamente os incidentes foram de outra natureza, os barramentos têm barragens de resi-

As barragens não apresentam nenhum risco estrutural ou de segurança à população

São necessários investimentos de R\$ 14 bi para garantir água e saneamento na Bahia até 2033

O Novo Marco Legal do Saneamento se tornou um desafio para o setor

duos de minério, que é muito diferente dos nossos barramentos aqui de água, mas ainda assim, elas carecem de manutenção, necessitam de segurança. Então eu posso te dizer, de forma geral, que as barragens do estado, quase em sua totalidade, e aí eu me refiro àquelas que são objetos de avistagem e acompanhamento pela ANA (Agência Nacional das Águas) e também pelo estado, porque você tem barragens pequenas em propriedades particulares, que não é o caso. Falando em barramentos, são monitorados. Elas estão com todos os planos de segurança, licenciamento, e também, de modo geral, não apresentam nenhum risco estrutural ou de segurança para as comunidades que moram na jusante delas. Podemos citar aqui Joanes, Pedra do Cavalo, Santa Helena. A Barragem de Apertado a gente está fazendo reparos, serviços de manutenção, ela está enchendo. Encheu esse ano pela primeira vez depois de 20 anos, então é como se fosse o primeiro enchimento, ela só encheu uma vez. Então é um momento de teste, mas, no quesito segurança, todas elas estão com boa capacidade, porque choveu bem, serviu também como um bom teste das estruturas, então elas apresentam uma estabilidade perfeita.

O senhor está à frente do processo de abertura de capital da Embasa e da PPP da Região Metropolitana de Feira, que pode ser estendido para outras regiões do estado?

Primeiro, há muita confusão sobre a abertura de capital da Embasa. A Se-

cretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia vem estudando diversas modalidades, visando atrair propostas de parceria com o setor privado para a prestação dos serviços de saneamento. Entendemos que a universalização do saneamento básico será atingida com a combinação de investimentos público e privado, buscando no mercado o melhor modelo, que privilegie e agregue os municípios, principalmente aqueles que de forma isolada não conseguiriam prover os serviços no tempo, velocidade e qualidade necessária. Nessa perspectiva, foi publicado em 24 de novembro de 2020, no Diário Oficial do Estado (DOE), o decreto que autoriza Parcerias Público-Privadas (PPP) para a prestação dos serviços de água e esgoto no município de Feira de Santana e cidades circunvizinhas. O projeto visa a ampliação, para financiamento privado, gestão comercial dos serviços de água e esgoto e operação e manutenção da infraestrutura de esgotamento sanitário para universalização da prestação desse serviço público na região. A participação dos recursos privados objetiva fazer frente aos elevados custos de investimento e a busca da eficiência nos resultados a serem alcançados. Busca-se transferir o risco de desempenho do serviço e as metas de universalização em um modelo contratual que estimule a inovação na gestão do serviço, em especial custos operacionais e perdas, para possibilitar que o investimento necessário seja acomodado sem que seja preciso promover ajustes muito sensíveis na política tarifária.

Secretário, uma preocupação que sempre se tem é até onde a iniciativa privada vai ter interesse nas pequenas cidades, e a dificuldade para se atender e universalizar o saneamento básico e a água em toda a Bahia...

Olhe bem, esse é exatamente o pioneirismo do modelo que a gente está propondo aqui. A gente criou microrregiões que exatamente usam um município âncora e mais um conjunto de municípios não estão superaviários assim ou não atrativos, mas a gente só vai fazer agora todas as contratações regionais. Então você, dentro de uma escala geográfica maior, o indivíduo que for operar o sistema em Feira, seja em parceria com a Embasa, ele vai pegar Feira, sua região metropolitana e mais alguns municípios, de modo que aquele excedente que ele vai faturar em Feira, ele vai ter que diluir um pouco nos municípios que não têm todo esse adensamento de ligações no entorno. Isso de forma análoga na região metropolitana de Salvador, que a gente está fazendo aqui, estamos fazendo um estudo que vai estender para mais algumas microrregiões que são limítrofes com a metropolitana da nossa capital. Então isso previne, isso desmonta um pouco essa tese do filé com osso e ainda gera ganho de escala, competitividade, e torna atrativo esse bloco regional, tanto para o setor privado, como organiza também o próprio investimento do setor público, beneficiando mais ainda a população.

Secretários de Fazenda pedem volta de auxílio

BENEFÍCIO Secretários de Fazenda de 18 estados pediram ao Congresso Nacional, em carta divulgada nessa sexta-feira (22), que sejam prorrogadas medidas econômicas para o enfrentamento da segunda onda da pandemia de covid-19. No documento, os membros do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) pedem a renovação do auxílio emergencial, do estado de calamidade pública e do "orçamento de guerra" por seis meses.

A emenda constitucional do "orçamento de guerra" foi aprovada em maio e separou do Orçamento-Geral da União os gastos emergenciais para conter os danos causados pela covid-19 no Brasil.

Na carta enviada ao Legislativo, os secretários também pedem a suspensão do pagamento de precatórios

Desta forma, o orçamento de guerra não precisou respeitar exigências aplicadas ao orçamento regular, como a "regra de ouro" - que impede o governo de contrair dívidas para pagar despesas correntes, como salários. O orçamento paralelo também não precisou cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na carta enviada ao Legislativo, os secretários também pedem a suspensão do pagamento de precatórios e a possibilidade de suspensão do pagamento de amortização e juros de dívidas com a União, bancos públicos e de operações de crédito feitas com instituições financeiras e multilaterais com aval da União por um ano.

Segundo o documento, os auxílios pagos ao longo de 2020 foram fundamentais para preservar vidas, empregos e renda e para garantir a continuidade dos servi-

ços públicos, principalmente na área de saúde.

Sobre o auxílio emergencial para trabalhadores informais e pessoas de baixa renda, que se encerrou em dezembro de 2020, os secretários afirmam que o pagamento foi "fundamental para, além de garantir o sustento básico das famílias, impulsionar o consumo e a atividade econômica".

Para os secretários, a continuidade da medida é essencial para não colocar milhares de famílias em situação de fome, além de manter o nível de consumo, evitando a paralisação da atividade econômica.

Os gestores estaduais também alertam para a falta de um calendário nacional de vacinação do país e afirmam que os dados de mortes e da taxa de contágio "estão em níveis alarmantes" em todo o Brasil.

AS 119.500 AMPOLAS DESEMBARCARAM EM SALVADOR E FORAM DISTRIBUÍDAS PARA O ESTADO

FERNANDO VASCOVEIA



Bahia recebe doses da vacina de Oxford

Equipes da SSP, Sesab e da SMS receberam as vacinas de Oxford no Graer para fazer o roteio

A Bahia recebeu, ontem, uma nova remessa de vacina contra a covid-19. Dessa vez, foram 119.500 doses do imunizante da Universidade de Oxford/AstraZeneca, que vieram no lote de 2 milhões compradas pelo governo federal na Índia. A cota destinada ao estado chegou em Salvador no final da manhã, no Grupamento Aéreo (Graer) da Polícia Militar (PM). Os imunizantes foram distribuídos, ontem mesmo, para a capital - que recebeu 34.840 ampolas -, cidades da Região Metropolitana (RMS) e Interior do estado.

Equipes da Secretaria da Segurança Pública (SSP) e das Secretarias de Saúde do Estado (Sesab) e do Município (SMS) receberam os novos lotes no Graer. As caixas com a vacina foram colocadas em uma sala com refrigeração especial. A distribuição para o estado começou por volta das 14 horas.

Até agora, a vacinação aconteceu na Bahia somente com as primeiras doses de Coronavac enviadas pelo Instituto Butantan. Mas agora, vai ganhar o reforço das doses de Oxford.

Como a segunda dose desse imunizante pode ser tomada em um prazo de 90 até 120 dias, dessa vez o governo do estado vai adotar a estratégia de usar todas as doses que chegaram ontem para vacinar o máximo de pessoas possível. Com a Coronavac, metade das doses foram guardadas para a segunda aplicação.

"Por possuir resposta imunológica precocemente ampla, garantindo que se possa aplicar o prazo de aplicação da segunda dose, isso permitirá que apliquemos todas as doses de Oxford sem que seja preciso guardar 50%, como ocorreu com a Coronavac", explicou Fábio Villas-Boas, titular da Sesab.

Salvador está pronta, é uma das capitais que mais vacina e com o cuidado máximo para evitar indesejáveis fraudes Léo Prates

Secretário de Saúde de Salvador, ao explicar que a estratégia do município será usar o estoque de 45 mil doses de Coronavac, antes de iniciar a vacinação com as quase 35 mil doses da vacina de Oxford, a estratégia capital foram encaminhar na tarde ontem para o Complexo Municipal de Vigilância à Saúde, situado na Avenida Vasco da Gama. Os detalhes da imunização com essas doses de Oxford serão dados em coletiva virtual da prefeitura nesta segunda-feira, 25.

Ontem, até o fechamento desta edição, 17.691 pessoas haviam sido vacinadas em Salvador, e conforme os dados em tempo real do Vacinômetro da prefeitura. Em toda a Bahia, o balanço da campanha de imunização feito pela Sesab mostrava que até às 14h, 75.924 baianos e baianas haviam recebido a primeira dose de Coronavac. Todos os 417 municípios já começaram a vacinar.

Como a vacinação contra a covid-19 vai ocorrer com imunizantes de diferentes laboratórios em todo o país, e as indicações de uso das substâncias são diferentes, o cartão de vacinação vai garantir que a segunda dose aplicada seja a mesma que a pessoa imunizada recebeu na primeira e dentro do prazo determinado. Caso tenha perdido o cartão, o cidadão receberá um novo com a indicação de qual vacina contra a covid-19 recebeu.

A chegada do novo lote de vacinas aconteceu após a liberação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que é a responsável pela análise e etiquetamento das duas milhões de doses importadas do Instituto Serum da Índia, um dos centros produtores do imunizante de Oxford/AstraZeneca. Já o envio para os estados foi feito pelo Ministério da Saúde (MS).

O novo carregamento chegou da Índia após atrasos e dúvidas sobre se de fato o Brasil receberia a encomenda. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, recebeu o lote em solo brasileiro ao lado dos ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e das Comunicações, Fábio Faria. Também estavam presentes o embaixador da Índia, Suresh Reddy, e a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade.

DA REDAÇÃO

LEIA MAIS SOBRE VACINAÇÃO NA PÁG. 5

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● **Depois de Manaus, outra capital Brasileira tem seu sistema de saúde em colapso. Precisamos da colaboração de todos nesse momento! A pandemia não passou**
Leo Prates

Secretário de Saúde de Salvador ao debater sobre os problemas enfrentados pelos pacientes com covid de Porto Velho, em Rondônia, noticiados pela imprensa durante o fim de semana em meio ao caos vivido há duas semanas pela população do Amazonas.

Lado B do tabuleiro

A eventual candidatura do senador Otto Alencar (PSD) ao Palácio de Ondina em 2022 com apoio do governador Rui Costa se tornou hoje uma hipótese bastante real, garantem cardais da base aliada ao PT. Em conversas reservadas, lideranças governistas consultadas pela Satélite acham que as chances de Rui apoiar Otto tendem a se concretizar diante de um cenário altamente desfavorável para o senador Jaques Wagner (PT) no confronto com o virtual concorrente da oposição, o ex-prefeito ACM Neto (DEM). A conta que tem sido feita é a seguinte, afirmam caciques da base: a candidatura ao Senado faz parte dos planos do governador, e será arriscado demais para ele que o PT fique com duas das três vagas na chapa majoritária caso Wagner não tenha condições de vencer.

ANÁLISE COMBINATÓRIA

Para líderes governistas, Rui deve apostar em Ottose o quadro se concretizar, a brinde vagapara que outra sigla, em especial o PP, ocupe a vice. Como Wagner possui mandato no Senado até 2026, o cálculo é de que ele tem pouco a perder.

Pedra no caminho

A maior dificuldade para o xadrez alternativo de Rui Costa, de acordo com um influente integrante do Conselho Político do governo, seria a recusa de Otto Alencar em encabeçar a chapa da base. "Otto pode mudar a rota e decidir se candidatar à reeleição no Senado, se ele também não tiver musculatura para ganhar. Diferente de Wagner, seu mandato acaba em dois anos, e ficar sem poder certamente não passa por cabeça dele", destaca

Embalado para presente

Por outro lado, parlamentares e dirigentes de partidos governistas ouvidos pela coluna creem que a retirada da candidatura de Jaques Wagner agradaria em cheio o PP, que volta e meia dá sinais de rebelião no arco governista. Além de abrir espaço na majoritária para o partido, a decisão privilegiaria o principal nome da legenda na Bahia, o vice-governador João Leão.

Sonho meu

Desde que foi reeleito em 2018, João Leão não esconde de ninguém o desejo de ocupar o governo em mandato-tampão após Rui Costa deixar o cargo para brigar pelo Senado.

Fim de papo

Aliados do deputado federal Marcelo Nilo (PSB) o aconselharam a desistir de colocar um apadrinhado na presidência da Embasa. Avisaram que Rui Costa deixou claro a recusa em ceder o cargo. A resistência do governador em colocar o comando da empresa novamente sob controle de Nilo é atribuída como origem da recente postagem no Twitter na qual o parlamentar critica Rui por só atender quem "bate" no governo.

Quem vê cara...

Membro da bancada baiana em Brasília com longa rodagem no Congresso usou um conhecido ditado do anedotário político ao analisar as costuras sobre a sucessão na Câmara dos Deputados. "Estamos no tempo em que vaca não reconhece bezerro", disse, ao prever grau alto de traição na votação secreta.

PEDIDO DA BAHIA PARA USO DA VACINA RUSSA GANHA REFORÇO DA OAB-BA NO STF

AÇÃO A Ordem dos Advogados do Brasil, seção Bahia, solicitou o ingresso na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo governo da Bahia. A ação solicita a permissão para importar e distribuir vacinas contra o novo coronavírus sem registro na Anvisa, desde que registradas perante uma agência reguladora regional de referência. Com isso, a OAB-BA visa a maior rapidez na aprovação da vacina Sputnik V, produzida pela Rússia.

Davos: retomar confinação é ponto central

MUNDO PÓS-COVID O ano de 2021 será crucial para se pensar um futuro com sociedades e economias mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, disse neste domingo (24) Klaus Schwab, fundador e presidente-executivo do Fórum Econômico Mundial, na cerimônia de abertura do encontro anual que tradicionalmente ocorre em Davos, na Suíça. “O primeiro passo é restaurar a confiança e, para isso, precisamos reforçar as corporações globais. Em segundo lugar, precisamos ter a certeza de que todo o mundo está contribuindo em dar forma a um futuro mais positivo. Governos, negócios, sociedade civil e também a nova geração”, afirmou.

A semana de conferências deste ano, porém, será virtual devido à pandemia do coronavírus. O evento, sempre sob o inverno do resort de esqui suíço, foi substituí-

do por uma programação online chamada Agenda Davos 2021. As mesas e discussões começam hoje.

Nos próximos cinco dias de discussões, os 1.200 líderes de empresas, governos e sociedades civis deverão debater cinco eixos principais de políticas consideradas prioritárias para o Fórum. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) não será um desses líderes. Do Brasil participarão o vice-presidente Hamilton Mourão e os ministros Tereza Cristina (Agricultura), Paulo Guedes (Economia) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores).

Eles estarão em sessões que discutirão bioeconomia na Amazônia, inovação para sistemas de alimentação, comércio exterior e geopolítica. João Dória (PSDB), governador de São Paulo, estará em uma mesa sobre as cidades no futuro pós-Covid. O presidente Jair Bolsonaro

(sem partido) também não foi ao encontro em 2020.

Segundo Klaus Schwab, a necessidade de desenhar sistemas econômicos e sociais mais justos é uma das prioridades.

“A chave aqui é tomar conta das almas que estão sofrendo em consequência da Covid. Temos que criar empregos decentes e suficientes para todos se quere-

mos ter uma sociedade mais inclusiva”, afirmou.

O criador do Fórum destacou também o “stakeholder capitalism”, termo que, em tradução livre, significa capitalista de acionistas, mas que vem sendo associado à necessidade de as empresas se preocuparem mais com os impactos de cadeia que seus negócios movimentam.

Esse comportamento, disse Schwab, permitirá uma transformação responsável da indústria. “Os negócios não estão atendendo apenas objetivos de curto prazo dos acionistas, mas, ao mesmo tempo, estão considerando que precisam agir como organismos sociais e servirem pessoas, planeta e a sociedade em geral.” Essas políticas prioritárias incluem a criação de um novo sistema multilateral de cooperação, que, segundo Schwab, seja justo e considere as necessidades do século 21.

“A chave aqui é tomar conta das almas que estão sofrendo em consequência da covid. Temos que criar empregos decentes e suficientes” Klaus Schwab

Presidente do Fórum Econômico Mundial

PENDÊNCIAS COM O SIMPLES ATINGEM QUASE DOIS TERÇOS

EMPRESAS Quase dois terços das micro e pequenas empresas precisam regularizar pendências com o Simples Nacional para permanecerem ou aderir ao regime. De um total de 178.741 pedidos de opção, 54.789 (34,5%) foram deferidos e 117.088 (65,5%) dependem de o contribuinte quitar os pagamentos em atraso ou cadastrar informações corretas. A regularização deve ser feita até sexta-feira (29), para que a micro ou pequena empresa não seja excluída do programa, que tem alíquotas diferenciadas e unifica o pagamento de tributos

AUXÍLIO AJUDOU NA GERAÇÃO DE MAIS EMPREGOS

CIDADES Os municípios que tiveram os melhores resultados na geração de empregos com carteira assinada durante a pandemia são, em sua maioria, localidades que tiveram uma maior cobertura no pagamento do auxílio emergencial. Entre as 500 cidades com melhor desempenho no mercado formal de trabalho de março a novembro, 357 têm mais beneficiários do programa do que a média nacional.

O número representa 71,4% dos municípios que ficaram no topo do ranking do emprego formal durante a pandemia.

Reforma deverá reduzir as atribuições de Paulo Guedes

ARRANJOS POLÍTICOS A possibilidade de mudanças no primeiro escalão de governo — a reforma deverá ocorrer depois da eleição para as Mesas Diretoras do Congresso — inclui também a volta de um modelo que vigorava antes da gestão do presidente Jair Bolsonaro: o governo avalia dividir o Ministério da Economia, que hoje concentra atribuições anteriormente espalhadas em outras pastas. Neste contexto, seria recriado o Ministério da Indústria e Comércio, que foi ocupado pelo deputado federal Marcos Pereira (SP), presidente do Republicanos, durante o governo de Michel Temer. Depois de tentar viabilizar, em vão, sua candidatura à presidência da Câmara, Pereira deixou o grupo do presidente da Casa, Ro-

drigo Maia (DEM-RJ), e embarcou na candidatura do preferido de Bolsonaro para o posto, Arthur Lira (PP-AL). No Palácio do Planalto, a indicação de Pereira, em caso de recriação da pasta, é vista com bons olhos. Após a Ford anunciar o fechamento das fábricas no país, o parlamentar disse nas redes sociais que representantes da indústria costumam recorrer a ele, na Câmara, porque “não encontram respaldo no que deveria ser ‘a casa da indústria’ no governo”. Ele nega, no entanto, que tenha a pretensão de voltar ao cargo. “Eu não vou ser ministro. Não é meu projeto nesse momento”, disse. Integrantes do centrão defendem o desmembramento para enfraquecer Guedes.

Sem aprovação do Orçamento, governo deve controlar gastos

FINANÇAS PÚBLICAS O ano de 2021 começa sem a aprovação da Lei de Orçamentária Anual (LOA), ferramenta que indica a estimativa da receita e a fixação de quanto pode ser gasto, apresentando a política econômica e financeira e o programa de trabalho do governo. Até que ela seja aprovada, o governo precisa fazer um controle de seus gastos. A aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Congresso, em meados de dezembro, traz em seu texto uma previsão dos passos que o governo pode dar antes da aprovação final do orçamento. O texto da LDO estipula que o governo federal só poderá gastar, até a aprovação do orçamento de 2021, o referente a 1/12 avos do total previsto. Na prática, impede o repasse de verbas para investimento em infraestrutura, dentre outras áreas. Dentro desse valor não estão incluídas despesas obrigatórias como pagamentos de servidores, pagamentos de benefícios, como seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC), gastos com a Previdência Social, dentre uma série de outras despesas. Mas, segundo Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, a grande dúvida que a ausência da LOA deixa está no pagamento do auxílio emergencial. Criado no ano passado para ajudar a população que havia perdido fonte de renda durante a pandemia, o auxílio de R\$ 600 mensais ficou em 2020, sem garantias de que voltará em 2021.

O combate à pandemia e a compra de vacinas, no entanto, não ficam ameaçadas. O governo ainda tem em caixa recursos de 2020, a título de restos a pagar.

8,33%

é o quanto o governo federal está autorizado por lei a gastar neste início de ano, até que o Orçamento de 2021 seja aprovado pelo Congresso Nacional. Este percentual é insuficiente para garantir os investimentos em infraestrutura que estão previstos

36B

de reais relativos ao Orçamento do ano passado ainda estão disponíveis para ser gastos até a definição das regras para 2021

MIRIAM LEITÃO

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



O MINISTÉRIO DA ECONOMIA
ERROU POR SE MANTER
DISTANTE DESTA CRISE

Erro econômico na crise sanitária

O Ministério da Economia ficou ausente de questões decisivas para a economia no combate à pandemia. Na vacinação, os economistas poderiam ter induzido a estratégia de comprar mais vacinas e não menos, exatamente para não concentrar o risco. Em tempos de incerteza e de escassez, o certo a fazer é diversificar riscos e ampliar potenciais fornecedores. Em relação ao auxílio emergencial, era fundamental ter um plano para este momento em que as transferências vão secar.

Em conversa esta semana com o economista José Alexandre Scheinkman, ele me chamou a atenção para esse ponto:

"O Ministério da Economia deveria ter alertado o governo que precisava formar um portfólio diversificado. Nós economistas

entendemos esse problema de risco e diversificação. O pessoal da saúde pode não pensar nessa estratégia de portfólio. O Canadá encomendou quatro vacinas para cada cidadão, de tipos diferentes. No programa americano também há várias vacinas encomendadas".

Esta semana o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta explicou, numa entrevista na GloboNews, como o governo errou nas negociações da Organização Pan-Americana de Saúde. Em vez de usar o fato de ser um país grande para aumentar sua capacidade de negociação, o Brasil se apequenou. Primeiro, disse que não entraria no consórcio, depois, que só compraria 10% da sua necessidade. Neste momento está havendo um choque na capacidade de oferta. Mas a equipe econômica

se deixou convencer pela ideia de Bolsonaro, de que, por sermos grandes, somos um mercado desejado. Em momento de escassez de oferta e muita demanda, é o oposto.

O Ministério da Economia errou por se manter distante desta crise. E, desde o início, este é também um problema econômico. O equívoco veio de avaliações erradas. As primeiras análises feitas até o começo de março eram que a pandemia não se espalharia no país porque o Brasil seria "um país fechado". Depois subestimaram a extensão do contágio, os estragos e o custo. Veio daí a já famosa frase do ministro Paulo Guedes de que com R\$ 5 bilhões ele venceria o vírus. O custo ultrapassou R\$ 600 bilhões. O governo gastou muito e mal.

No fim do ano o cenário com o

qual o Ministério da Economia trabalhava era o de que a pandemia estava reduzindo sua intensidade e por isso não seriam necessárias novas medidas de socorro à economia. O indicador que os orientava era o de isolamento social. Como ele caía, concluíam que a economia iria recuperar o nível de atividade, principalmente o setor de serviços. A queda do distanciamento levou a um aumento da infecção. Sucessivas vezes durante esta pandemia a realidade contrariou o cenário no qual apostou o Ministério da Economia. Ele ficou, como se diz no jargão do mercado, todo o tempo behind the curve, ou seja, correndo atrás dos fatos.

Se avaliasse a evolução provável dos eventos com as ferramentas que os economistas têm, o ministério teria concluído que o governo estava tomando riscos excessivos ao sustentar aquela visão de Bolsonaro de que o STF o impedia de tomar decisões federais de coordenação do combate à pandemia. Esse erro elevou os danos colaterais da crise sanitária.

Nos Estados Unidos, o presidente Biden tomou decisões que mostram como é largo o espaço para a coordenação da União, mesmo numa federação

que sempre reconheceu a grande autonomia dos estados e das cidades. Biden convocou a Fema, a agência federal de administração de emergências, para fortalecer a vacinação. A Fema vai montar centros de imunização. Biden determinou que sejam feitas campanhas nacionais, algumas dedicadas exclusivamente às comunidades céticas. Vai fazer campanha pelo uso de máscaras, além de ter obrigado o uso nos prédios federais. O governo federal se ofereceu aos estados e cidades para "desenvolver, equipar, prover gerenciamento de informação, oferecer pessoal e locais" para vacinação. Enfim, a cada ato sensato de Biden, é inevitável ver a inação de Bolsonaro no Brasil e o espantoso custo disso em vidas humanas e perdas econômicas.

A falta de gestão da crise a aprofunda e prolonga. Isso eleva a necessidade de socorro financeiro às famílias e pequenas empresas. As quedas na saúde estão totalmente ligadas às quedas na economia. Por não preparar em tempo um substituto ao auxílio emergencial, o Ministério da Economia está se deixando empurrar para alguma solução que será de novo improvisada.



entre /O ASSUNTO

f /correio24horas t @correio24horas



Daniel Aloisio
texto
daniel.santos@redesb-
hia.com.br



Arisson Marinho
foto
arisson.marinho@
redesb-hia.com.br

Não adianta tomar só uma dose da Coronavac e achar que está imunizado da covid-19. A vacina produzida no Instituto Butantan em parceria com a fabricante chinesa de medicamentos Sinovac Biotech é composta por duas doses de 0,5 mililitros, que precisam ser tomadas em um intervalo entre duas e quatro semanas.

A informação é do próprio Butantan, que alerta para a necessidade da vacinação estar de acordo com a forma que o estudo de desenvolvimento do imunizante foi conduzido. Os estudos clínicos de fase 3 da vacina realizados no Brasil com cerca de 13 mil voluntários foram baseados na aplicação de duas doses, ressalta a instituição em nota.

O alerta aconteceu depois que o secretário municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Daniel Soranz, sugeriu que a cidade poderia usar de uma vez só as 230 mil doses da Coronavac destinadas ao município. Isso dobraria o número de vacinados previstos agora, mas sem a garantia de entrega da segunda dose dentro do prazo de até quatro semanas.

A médica infectologista Jacy Andrade, professora da Universidade Federal da Bahia (Ufba), explica que o processo deve obedecer ao estudo que desenvolveu o imunizante. "Não é que a vacina perca a eficácia caso apenas uma dose seja tomada, mas para ter a proteção adequada, conforme avaliado no estudo, é preciso as duas doses. Será que uma dose apenas terá o mesmo efeito de duas doses para prevenir formas graves? Não se sabe, pois isso não foi estudado e por isso não se pode fazer mudanças", alertou.

REFORÇO GARANTIDO

Aqui, para garantir que as cidades imunizem as pessoas com as duas doses, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) reteve metade das mais de 376 mil doses da Coronavac enviadas pelo Ministério da Saúde. Inicialmente, a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador (SMS), chegou a reter metade das 45 mil doses que recebeu. Porém, já redimensionou o seu esquema de vacinação, ciente de que tem a garantia das 45 mil doses de reforço, reservadas pelo governo estadual.

O secretário de Saúde municipal Léo Prates destacou o esforço para acelerar o processo de imunização de maneira organizada. "Estamos falando de uma vacinação de 3 milhões de pessoas e de profissionais que são competen-

É DOSE, VIU...

Vacina Imunização só é garantida após reforço; Governo reteve metade da remessa como garantia

tes, mas estão exaustos. É um cenário complexo, difícil e duro, que gera até injustiça. Tem categorias dentro da própria secretaria que ainda não conseguiu tomar vacina", comentou o secretário.

Nesta sexta-feira, a SMS anunciou a ampliação da vacinação para os profissionais da atenção básica, incluindo os que trabalham na higienização, área administrativa, agentes comunitários, de combate às endemias e os que trabalham nos serviços de testagem rá-

pida da população. A imunização deste grupo estará disponível no domingo (dia 24) e na segunda-feira (dia 25).

OXFORD

Segundo cálculos do prefeito Bruno Reis, Salvador deve receber 15 mil doses da vacina de Oxford, que também devem ser aplicadas em duas doses. O imunizante foi desenvolvido pela universidade inglesa em parceria com a farmacêutica AstraZeneca e a Fundação Oswaldo Cruz (Fio-

●● Será que uma dose apenas terá o mesmo efeito de duas doses para prevenir formas graves? Não se sabe, pois isso não foi estudado

Jacy Andrade

médica infectologista, professora da Ufba

●● Tem categorias dentro da própria secretaria que ainda não conseguiu tomar vacina

Léo Prates

Secretário municipal de Saúde

cruz). As primeiras 2 milhões de doses chegaram nessa sexta ao Brasil.

Na quinta-feira (21), o vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fio-cruz, Marco Krieger, sugeriu que o imunizante seja aplicado em dose única num primeiro momento. Nesta sexta-feira, ele manteve a posição: "Nós já temos uma comprovação da eficácia de 73% por 120 dias a partir da primeira dose. Tratamos a segunda dose quase como um reforço".

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) frisou a necessidade de que a especificação dos laboratórios sejam cumpridas. A Diretoria Colegiada do órgão aprovou a autorização emergencial de uso de 4,8 milhões de doses do Instituto Butantan. As doses podem ser distribuídas imediatamente, reduzindo o temor de uma interrupção. Em seu voto, a relatora do tema, Meiruze Freitas, destacou a importância de seguir o intervalo previsto entre as doses. "Não há estudos e dados suficientes para afirmar que os benefícios de ampliar o intervalo de doses da vacina coronavac estabelecida na bula superam os riscos", avisou.

LEIA MAIS SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS VACINAS NAS PÁGINAS 12 E 13.



Salvador tem garantidas as 45 mil doses para reforçar a primeira etapa da vacinação. Neste domingo, começa a imunização dos profissionais da atenção básica

Tribuna

Fechamento da Ford afeta concessionárias

A rede de distribuidores Ford, que hoje é de 283 lojas, deve encolher para 120 no Brasil

FILIPE OLIVEIRA
ESTAGIÁRIO

Desde que a Ford anunciou este mês o encerramento de atividades no Brasil que a situação nas concessionárias que revendem automóveis da empresa não é mais a mesma. A rede de distribuidores Ford que hoje é composta por 283 lojas deverá encolher em breve para cerca de 120 lojas no Brasil, após a empresa deixar de produzir veículos no país. Para a companhia, as três linhas de produção terão as atividades encerradas durante este ano, "à medida em que a pandemia de Covid-19 amplia a persistente capacidade ociosa da indústria e a redução das vendas, resultando em anos de perdas significativas".

Uma colaboradora de uma das concessionárias da Ford, em Salvador, que pre-

feriu não se identificar, disse que a empresa já vem enfrentando problemas desde o anúncio da Ford. "Estamos enfrentando uma falta de fluxo de pessoas nas lojas. As pessoas estão achando que por conta do fechamento da fábrica não vai haver mais serviço de pós-venda, de assistência, mas não é nada disso. A Ford vai continuar prestando os serviços". Ela conta ainda que alguns clientes já desistiram de compras por receio de faltar assistência. "Já aconteceu, mas foram poucas vezes, a maioria a gente conseguiu reverter, dissemos aos clientes que não vai haver desvalorização dos veículos. Temos tentando tranquilizar os nossos clientes", afirma.

Uma fonte anônima ligada à outra concessionária da Ford na cidade contou à Tribuna que a situação dentro das lojas tem sido desconfortável. "Obviamente que com a mudança de perfil de



MONTADORA Desde que anunciou fechamento das fábricas no Brasil, muitos donos de concessionárias acreditam que deixarão de vender veículos no país

público que a Ford deseja muita coisa vai mudar no nosso dia a dia. Menos carros serão vendidos, essa estrutura que se tem hoje deverá ser reduzida. Acredito que tudo ainda está sendo definido, mas, aparentemente, na próxima semana alguma decisão deve ser comunicada aos colaboradores. A gente espera que não haja fechamento de lojas, mas é tudo muito incer-

to", relata. A fonte contou também que a concessionária já está em trâmite para receber indenizações da Ford e isso tem preocupado os colaboradores.

De acordo com a assessoria da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave-Ba), a Ford possui 16 concessionárias na Bahia, sendo destas, quatro em Salvador e uma, na Região Me-

tropolitana. A reportagem da Tribuna da Bahia solicitou uma fonte, mas foi informada que a Fenabrave não pode comentar sobre os impactos das mudanças envolvendo a Ford na Bahia. No entanto, foi confirmado que nas concessionárias da empresa está havendo desistência de compra de veículos por parte dos clientes, enquanto, por outro lado, tem surgido procura por con-

ta da queda de preço dos automóveis. Ainda de acordo com assessoria, para saber mais detalhes deveríamos entrar em contato com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Já em contato com a Anfavea, fomos informados que a associação não fala pelas concessionárias, mas apenas pelas fábricas e que deveríamos falar com a Fenabrave - que já havíamos entrado em contato anteriormente. Falamos também com a Federação Nacional das Associações dos Revendedores de Veículos Automotores (Fenauto) e fomos informados pela assessoria que a federação não fala sobre carros da concessionária, somente sobre carros usados e vendidos em concessionárias multimarca. A sugestão da assessoria foi que devíamos falar com a Fenabrave - o mesmo sugerido pela Anfavea. Entramos em contato com todas as concessionárias da Ford em Salvador, mas, por coincidência ou não, nenhum gerente pôde falar. Por fim, tentamos contato com a Associação Brasileira dos Distribuidores Ford (Abradif) e não conseguimos falar com a fonte que ficou de retornar o contato.

Tribuna

Chegada de vacinas da Oxford amplia imunização na Bahia

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Aos poucos, depois de muita discussão, finalmente as vacinas começam a chegar ao Brasil e são distribuídas pelos estados e cidades. Ontem pela manhã, 24, um novo lote de vacinas contra a Covid-19 chegou à Bahia. Desta vez, foram 119.500 doses do imunizante desenvolvido pela universidade de Oxford, em parceria com a biofarmacêutica AstraZeneca. O desembarque ocorreu no aeroporto internacional de Salvador, de onde seguiram para a sede do Grupamento Aéreo da Polícia Militar (Graer). A distribuição para as cidades do interior teve início a partir das 14 horas.

Para este lote, a Bahia vai adotar estratégia diferente. É que a segunda dose da vacina de Oxford pode ser tomada em até 90 dias, por isso, todas as doses

serão distribuídas, nada ficará retido. O secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas explicou que "por possuir resposta imunológica precoce ampla garantindo que se possa esticar o prazo de aplicação da segunda dose para 90 a 120 dias à frente, isso permitirá que apliquemos todas as doses sem que seja preciso guardar 50%, como ocorreu com a CoronaVac."

No Graer, onde uma estrutura foi montada para recebimento e armazenamento temporário de vacinas, foi realizada a contagem e a separação para viabilizar o envio de doses para todo o território estadual.

A chegada do novo lote aconteceu após a liberação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que é responsável pela análise e etiquetagem das duas milhões de doses importadas do Instituto Serum da Índia, um dos centros produtores da vacina de Oxford-AstraZeneca. Já o envio para os estados brasi-

leiros foi feito pelo Ministério da Saúde.

A imunização contra o novo coronavírus já foi iniciada em todos os 417 municípios baianos e as primeiras pessoas vacinadas receberam o imunizante CoronaVac. Como o Brasil vai imunizar a população com vacinas fabricadas por laboratórios diferentes e com indicações de uso igualmente diferentes, é o cartão de vacinação que vai garantir que a segunda dose aplicada seja a mesma que a primeira e no prazo determinado. Caso tenha perdido o cartão, o cidadão receberá um novo cartão com a indicação de qual vacina contra a Covid-19 recebeu.

Até as 11h de ontem, 16.631 pessoas haviam sido vacinadas em Salvador. Na Bahia, o balanço do último sábado (23), apontava 78,5 mil pessoas já vacinadas com a primeira dose. Todos os 417 municípios baianos já começaram a vacinar.

Em nota enviada a Tri-



Foto: Fernando Vivas

LOTE

Desta vez 119.500 vacinas chegaram ontem a Salvador e serão distribuídas

buna da Bahia, a assessoria de comunicação do governo, informou que "a vacinação ainda permanecerá no grupo 1 dos prioritários, mesmo da CoronaVac."

Já a assessoria de comunicação da Prefeitura de Salvador também informou por meio de nota enviada a **Tribuna da Bahia** de que, "o prefeito Bruno Reis apresenta, hoje, segunda-feira (25), às 10h, por meio de coletiva virtual através da plataforma Zoom, o resultado do Inquérito Epidemiológico da Covid-19. Além disso, ele

fará o anúncio das novas recomendações do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia do novo coronavírus."

Pelo plano inicial da Prefeitura, na primeira fase estão sendo priorizados trabalhadores da saúde, a população idosa com idade igual ou superior a 75 anos, idosos a partir de 60 anos que vivem em instituições de acolhimento (a exemplo dos abrigos), indígenas, aldeias e comunidades ribeirinhas (quando houver).

Em relação à segunda

fase, está prevista a vacinação de pessoas com idade entre 60 e 74 anos. Para a terceira fase, a meta é imunizar pessoas que possuem comorbidades crônicas, transplantados e obesos.

A quarta fase será voltada para trabalhadores da educação, pessoas com deficiência severa, membros das forças armadas e salvamento, funcionários do sistema de privação de liberdade, trabalhadores do transporte coletivo, transportadores rodoviários de carga e população privada de liberdade.

Tribuna

Reforma tributária deve sair este ano, diz Bolsonaro



O PRESIDENTE Jair Bolsonaro disse ontem que o governo buscará fazer a reforma tributária "no corrente ano"

ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o governo buscará fazer a reforma tributária "no corrente ano" e negou que o objetivo seja aumentar impostos. Segundo o presidente, se a reforma provocar aumento de tributos é "melhor deixar como está".

A reforma tributária é uma das apostas do governo para a retomada da economia após a pandemia da covid-19. Bolsonaro disse que hoje as empresas "gastam muito tempo e gastam muito dinheiro" com os cálculos de prestações de contas e, por isso, a ideia do governo é "simplificar" o sistema.

"Vamos, se Deus quiser, fazer a reforma tribu-

tária no corrente ano. E o que eu falei com o Paulo Guedes? Eu não sou economista, mas fazer as quatro operações a gente sabe fazer. No final das contas, não podemos ter majoração da carga tributária, senão deixa como está", disse.

Nesta quinta, 21, o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), candidato apoiado pelo Planalto na disputa pela presidência do Senado, reconheceu que há discussões sobre a criação de um novo imposto nos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mas afirmou que somente apoiará a iniciativa se houver medidas compensatórias, como a desoneração da folha salarial.

Conforme o Estadão revelou, o mi-

nistro da Economia, Paulo Guedes, pretende reapresentar a proposta do novo imposto se o deputado Arthur Lira (PP-AL), candidato à presidência da Câmara, vencer a eleição de fevereiro.

Bolsonaro disse ainda que é importante ter uma boa relação com o Congresso para que projetos de interesse do governo sejam pautados.

Ele reclamou do fato de que uma medida provisória de regularização fundiária ter caducado e prometeu reapresentá-la neste ano.

"Hoje em dia estamos tendo um bom relacionamento com Câmara e com o Senado", disse Bolsonaro, sem mencionar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), seu desafeto político.

O presidente Jair

Bolsonaro afirmou nesta sexta-feira, 22, que "nunca houve estremecimentos" nas relações do Brasil com a Índia e China. O mandatário disse que tem mantido conversas com autoridades dos dois países, mas não entrou em detalhes sobre os assuntos tratados. Ontem, em transmissão ao vivo nas redes sociais, Bolsonaro já havia negado que o governo tenha problemas com a China. Em suas redes sociais, Bolsonaro também já cumprimentou membros do governo indiano envolvidos nas negociações das vacinas.

O Brasil depende da China para a importação de matéria-prima para a produção de imunizantes, que seguem em negociação. Já as tratativas com a Índia envolviam a entrega de 2 milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca.

Tribuna

Governo estuda novo saque do FGTS para estimular economia

O GLOBO

O recrudescimento da pandemia de Covid-19 forçou a equipe econômica a planejar a adoção de estímulos para a economia neste ano. Além do adiantamento do 13º salário de aposentados e do abono salarial, que já havia sido aventado, está em estudo a liberação de uma nova roda-

da de saque do FGTS.

As negociações ocorrem em meio a pressão pela prorrogação do auxílio emergencial.

As medidas em estudo quase não têm impacto fiscal, mas conseguem dar fôlego à economia.

Os técnicos do Ministério da Economia têm receio de conceder ajuda aos mais vulneráveis e para a manutenção de empre-

gos antes do que julga necessário e ficar sem margem de manobra para o futuro.

No caso do FGTS, a ideia é distribuir entre os trabalhadores os R\$ 12 bilhões que não foram sacados em 2020 e retornaram para as contas do Fundo. Para preservar a sua sustentabilidade, o valor das novas retiradas deverá ficar inferior a um salário mínimo

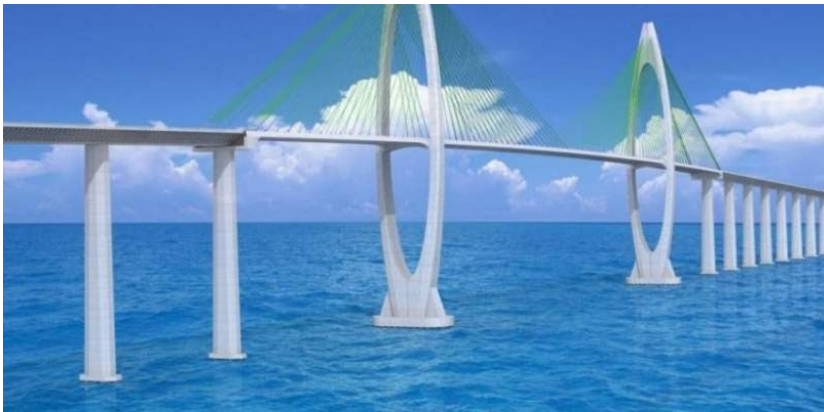
(de 1.045), como foi no ano passado.

O valor poderá ficar na casa dos R\$ 500 por trabalhador e não mais por conta. O valor poderia ser sacado de contas ativas ou inativas, começando por aquelas que estão sem receber novos depósitos. Segundo fontes, os cálculos sobre impacto nas contas do FGTS ainda precisam ser fechados.

Veículo: Bocão News	
Data: 25/01/2021	



Início das obras da ponte Salvador-Itaparica deve ocorrer em outubro, estima vice-governador



25 de Janeiro de 2021 às

08:51 Por: Divulgação Por: João Brandão

O vice-governador da Bahia, João Leão (PP), estimou nesta segunda-feira (25) ao BNews que em outubro as obras para implantação da ponte Salvador-Itaparica iniciem.

"O grande problema da ponte é o seguinte: são sete mil pessoas no mesmo local. O restaurante irá servir para três mil. É muita aglomeração. É preciso chegar a vacinação em massa. Então todos precisam estar vacinados. Acredito quem em outubro as obras iniciem", afirmou.

O Brasil já vacinou cerca de 700 mil pessoas contra a Covid-19 em uma semana. É possível, inclusive, que a estimativa do vice-governador seja antecipada pela aceleração da vacinação no país.

Veículo: Política Livre	
Data: 23 a 25.01.2021	Caderno: Economia



24 de janeiro de 2021 | 11:04

Doses da vacina de Oxford chegam à Bahia

BAHIA

O estado da Bahia recebeu, na manhã deste domingo (24), 119,5 mil doses da vacina de Oxford. Um registro da chegada dos imunizantes foi divulgado pelo secretário da Saúde do Estado (Sesab), Fábio Vilas-Boas.

“Primeiras imagens da aeronave trazendo as 119.500 doses de vacina para a Bahia”, escreveu o titular da Sesab, em seu perfil no Twitter, juntamente com um vídeo que acompanhou a publicação feita por ele.

Pouco antes, o governador Rui Costa (PT) também utilizou as redes sociais para determinar que as vacinas de Oxford sejam distribuídas “**imediatamente**” para o interior do estado.

“Seremos rápidos como fomos no envio da CoronaVac, mas precisamos que o Governo Federal seja rápido e eficiente na compra de mais doses”, cutucou o petista.

Veículo: Política Livre	
Data: 23 a 25.01.2021	Caderno: Economia



24 de janeiro de 2021 | 17:32

Bahia ultrapassa 75 mil vacinados contra o coronavírus

BAHIA

Com 75.924 vacinados contra o coronavírus (Covid-19) até às 14 horas deste domingo (24), a Bahia é um dos estados do país com o maior número de imunizados. Os números foram ajustados em relação ao último boletim devido uma inconsistência identificada na base de dados do painel de vacinação.

Cabe esclarecer que o sistema oficial do Ministério da Saúde para o registro das doses vem sofrendo instabilidade, impossibilitando o lançamento em tempo real por parte dos municípios. Neste cenário, visando a transparência e o acompanhamento da vacinação em todo o estado, a Sesab realiza o contato diário com as equipes de cada município a fim de aferir o quantitativo de doses aplicadas.

Boletim

Na Bahia, nas últimas 24 horas, foram registrados 2.854 casos de Covid-19 (taxa de crescimento de +0,5%). Dos 565.320 casos confirmados desde o início da pandemia, 543.991 já são considerados recuperados e 11.472 encontram-se ativos. A base de dados completa dos casos suspeitos, descartados, confirmados e óbitos relacionados ao coronavírus está disponível no [site](#).

Para fins estatísticos, a vigilância epidemiológica estadual considera um paciente recuperado após 14 dias do início dos sintomas da Covid-19. Já os casos ativos são resultado do seguinte cálculo: número de casos totais, menos os óbitos, menos os recuperados. Os cálculos são realizados de modo automático.

Os casos confirmados ocorreram em 417 municípios baianos, com maior proporção em Salvador (21,99%). Os municípios com os maiores coeficientes de incidência por 100.000 habitantes foram: Ibirataia (11.487,72), Itororó (9.709,55), Muniz Ferreira (8.892,48), Itabuna (8.875,22) e Conceição do Coité (8.804,72).

O boletim epidemiológico contabiliza ainda 954.812 casos descartados e 135.024 em investigação. Estes dados representam notificações oficiais compiladas pelo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde da Bahia (Cievs-BA), em conjunto com as vigilâncias municipais e as bases de dados do Ministério da Saúde até as 17 horas deste domingo (24).

Na Bahia, 39.282 profissionais da saúde foram confirmados para Covid-19. Para acessar o boletim completo, clique aqui ou acesse o Business Intelligence.

Óbitos

O boletim epidemiológico de hoje contabiliza 30 óbitos que ocorreram em diversas datas.

Veículo: Metro1	
Data: 24/01/2021	



Economia

Governo pretende voltar com agenda de reformas administrativas e tributárias em fevereiro

Segundo a equipe econômica do governo, as medidas evitariam o aumento de gastos e conteria o avanço da dívida pública; coalizão da sociedade civil luta contra as mudanças propostas



Foto : Marcos Corrêa/PR

Por **Adele Robichez** no dia 24 de Janeiro de 2021 - 09:30

O Ministério da Economia quer voltar a colocar em pauta a discussão acerca das reformas administrativas e tributárias. A agenda do governo do presidente da

República Jair Bolsonaro (sem partido) inicia, após o fim do recesso e da eleição dos presidentes da Câmara e do Senado em fevereiro, com as propostas de emenda à Constituição (PEC) da emergência fiscal e do pacto federativo e das reformas estruturais desejadas.

Dentre os projetos, estão as propostas de retorno do CPMF (antigo imposto do cheque), com potencial impacto sobre transações digitais; redução de jornada e salário dos servidores públicos; novas regras para gastos mínimos em saúde e educação; redução de benefícios para servidores públicos; revisão de programas sociais existentes.

Segundo a equipe econômica do governo, essas reformas evitariam o aumento de gastos e conteriam o avanço da dívida pública.

A Coalizão Direitos Valem Mais, formada por mais de 200 associações e consórcios de gestores públicos, fóruns e conselhos da sociedade civil, luta contra a reforma, pela manutenção dos seus direitos e pelo aumento de recursos no orçamento de 2021 para a saúde, educação e assistência social.



Bahia recebe lote com 119.500 doses da vacina de Oxford

24 janeiro 2021



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

Um novo lote de vacinas contra a Covid-19 chegou à Bahia às 10h40 deste domingo (24). Desta vez, 119.500 doses do imunizante desenvolvido pela universidade de Oxford, em parceria com a biofarmacêutica AstraZeneca, desembarcaram no aeroporto internacional de Salvador, de onde seguiram para a sede do Grupamento Aéreo da Polícia Militar (Graer). A distribuição para as cidades do interior terá início a partir das 14h de hoje.

Uma vez que a segunda dose da vacina de Oxford pode ser tomada em até 90 dias, o Estado vai adotar a estratégia de usar todas as vacinas que chegaram neste domingo, como explicou o titular da Secretaria da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas. “Por possuir resposta imunológica precoce ampla, garantindo que se possa esticar o prazo de aplicação da segunda dose para 90 a 120 dias à frente, isso permitirá que apliquemos todas as doses sem que seja preciso guardar 50%, como ocorreu com a CoronaVac”, detalhou o secretário.

No Graer, foi montada uma estrutura para recebimento e armazenamento temporário de vacinas, que conta com refrigeradores e, também, com os cuidados de técnicos da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab). É neste local que é feita a contagem e a separação para viabilizar o envio de doses para todo o território estadual.

A chegada do novo lote acontece após a liberação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que é responsável pela análise e etiquetamento das duas milhões de doses importadas do Instituto Serum da Índia, um dos centros produtores da vacina de Oxford-AstraZeneca. Já o envio para os estados brasileiros foi feito pelo Ministério da Saúde.

Vacinação na Bahia

A imunização contra o novo coronavírus já foi iniciada em todos os 417 municípios baianos e as primeiras pessoas vacinadas receberam o imunizante Coronavac, que chegou na última segunda-feira (18), em um lote de 376.600 doses. Esta é a vacina desenvolvida pela dupla formada pelo Instituto Butantã e pela empresa chinesa Sinovac Biotech.

Como o Brasil vai imunizar a população com vacinas fabricadas por laboratórios diferentes e com indicações de uso igualmente diferentes, é o cartão de vacinação que vai garantir que a segunda dose aplicada seja a mesma que a primeira e no prazo determinado.

Caso tenha perdido o cartão, o cidadão receberá um novo cartão com a indicação de qual vacina contra a Covid-19 recebeu.

Repórter: Renata Preza

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 23/01/2021	Caderno: Notícias



Sábado, 23 de Janeiro de 2021 - 16:40

Pendências com o Simples atingem quase dois terços das empresas



Quase dois terços das micro e pequenas empresas precisam regularizar pendências com o Simples Nacional para permanecerem ou aderir ao regime especial. De um total de 178.741 pedidos de opção, 54.789 (34,5%) foram deferidos e 117.088 (65,5%) dependem de o contribuinte quitar os pagamentos em atraso ou cadastrar informações corretas.

O levantamento foi divulgado pela Receita Federal e refere-se até o dia 20. A regularização deve ser feita até sexta-feira (29), para que a micro ou pequena empresa não seja excluída do programa, que tem alíquotas diferenciadas e unifica o pagamento de tributos federais, estaduais e municipais, de acordo com a Agência Brasil.

Para a regularização de pendências com a Receita Federal ou com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), caso o contribuinte esteja inscrito na dívida ativa, o micro ou pequeno empresário pode gerar as guias de pagamento pela internet. É possível pagar à vista ou parcelar os débitos em até 60 meses (cinco anos), com pagamento de multa e de juros. Em alguns casos, pode ser pedida a compensação, quando o contribuinte abate do débito tributos pagos a mais anteriormente.

As orientações para a regularização em nível federal estão disponíveis na internet. O procedimento pode ser feito inteiramente pela internet, sem a necessidade de deslocamento a alguma unidade de atendimento da Receita Federal.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 23/01/2021	Caderno: Notícias



Sábado, 23 de Janeiro de 2021 - 16:00

Secretários de Fazenda apelam ao Congresso pela prorrogação do auxílio emergencial

por Marcelo Rocha | Folhapress



Em carta dirigida ao Congresso nesta sexta-feira (22), secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação de 18 estados pediram a ajuda dos parlamentares para que o governo federal estenda o auxílio emergencial pago em 2020 em virtude da pandemia da Covid-19.

Eles pedem ainda ao Legislativo a prorrogação do estado de calamidade pública por mais seis meses e, como consequência, a continuidade da emenda à Constituição Federal que permitiu a suspensão temporária de bloqueios fiscais como o teto de gastos.

O fim do auxílio, mostrou a Folha de S. Paulo, mexe, de uma só vez, com a vida das pessoas e com a economia do país ao tirar R\$ 32 bilhões da população de baixa renda. O último crédito foi pago no dia 29 de dezembro.

De acordo com o grupo de secretários, a ajuda foi fundamental para "preservar a vida, o emprego e a renda" e contribuiu para a continuidade e aumento da oferta de serviços públicos em áreas prioritárias, principalmente saúde e assistência social.

"A continuidade de tal medida é essencial para não colocar milhares de famílias em situação de fome e desamparo social", afirmaram.

"[O auxílio emergencial] garantiu renda à população mais necessitada e foi fundamental para, além de garantir o sustento básico das famílias, impulsionar o consumo e a atividade econômica."

O auxílio foi fundamental para a arrecadação dos tributos, principalmente do ICMS, principal imposto estadual, disseram ainda os autores da carta ao Congresso.

Ao lamentar que a pandemia "ainda não chegou ao fim", os secretários disseram no documento que a situação se apresenta ainda mais preocupante porque o país não tem um

calendário nacional de vacinação e os dados de evolução de mortes e da taxa de contágio estão em níveis alarmantes.

Além das vítimas fatais e dos impactos causados tanto na saúde pública quanto na saúde física e mental dos infectados e de seus círculos de relacionamentos, argumentaram os secretários, milhões de famílias estão sofrendo com os outros efeitos socioeconômicos da pandemia como o desemprego e a recessão.

O documento reforça que o distanciamento social é a principal forma de reduzir a taxa de contágio da doença e salvar vidas, segundo os principais expoentes da área de infectologia, microbiologia, medicina preventiva e cuidados sanitários.

Como consequência dessa nova dinâmica social, a atividade econômica foi significativamente impactada.

"Em nosso país, vimos o aumento explosivo do desemprego e da pobreza, de modo que o auxílio renda emergencial foi essencial para garantir que milhões de brasileiros não passassem fome e tivessem condições básicas de sobrevivência", afirmaram.

A transferência direta de renda às famílias mais pobres, com maior propensão a consumir, segundo eles, impulsionou o comércio, possibilitando uma gradual retomada da atividade econômica e mitigando os impactos na arrecadação de impostos.

Os secretários propõem ainda a suspensão, por 12 meses a contar de 1º de janeiro, do pagamento de precatórios e de amortização e juros de dívidas com União, bancos públicos e instituições financeiras internacionais, assim como das operações de crédito com aval da União.

Para eles, medidas como essas são fundamentais para garantir os recursos necessários ao atendimento aos infectados pela Covid-19, com ampliação de leitos, construção de hospitais de campanha e contratação de profissionais de saúde.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 25/01/2021	



NOVO MARCO REGULATÓRIO VAI OBRIGAR ESTADO A INVESTIR R\$ 14 BILHÕES EM SANEAMENTO ATÉ 2033



admin 25 Janeiro, 2021

Em entrevista ao Jornal A Tarde, o Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia desde fevereiro de 2019, o baiano Leonardo Góes afirmou que serão precisos investimentos na casa dos R\$ 14 bilhões para garantir água e esgoto na Bahia. O secretário que está à frente do processo de abertura de capital da Embasa e da PPP para a Região Metropolitana de Feira de Santana.

De acordo com ele, há muita confusão sobre a abertura do capital da empresa pública, “pois não haverá privatização”. O secretário fala ainda sobre o Novo Marco Regulatório do Saneamento e sobre a segurança das barragens na Bahia. “As nossas barragens não apresentam nenhum risco estrutural ou de segurança à população”

Segundo o Secretário, o Novo Marco Regulatório do Saneamento se tornou um desafio para o setor no cenário nacional, isso porque, além de alterar diversos normativos, traçou diretrizes para atingir as metas impostas, em especial a meta de universalização que é de 99% de cobertura para abastecimento de água e 90% de cobertura e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033, independente da realidade e peculiaridades de cada Estado.

Sobre a relação do presidente Jair Bolsonaro nesse aspecto ele explicou que o Governo da Bahia trabalha com a legislação vigente e cabe ao Congresso Nacional analisar os vetos. “Mas,

podemos afirmar que o veto, quanto a possibilidade de renovação dos contratos de programa para os serviços de saneamento, por mais 30 anos, gerou uma instabilidade financeira e operacional na atuação das empresas estatais, que conseqüentemente terão que estudar uma nova forma de atuação no mercado”.



Estados em crise usam brechas para contratar

Buraco na legislação que proibiu ampliação de gastos com pessoal é usado como base também para concessão de reajustes salariais

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo

24 de janeiro de 2021 | 04h00

BRASÍLIA | Governadores e prefeitos têm se aproveitado de brechas da Lei Complementar 173, que proibiu **reajustes e ampliações de gastos** com pessoal como condição para um socorro bilionário durante a pandemia da covid-19, para mesmo assim conceder aumentos ou fazer contratações. O grupo inclui Estados em péssimas condições financeiras e que estão na fila por um socorro da União.

No **Rio de Janeiro**, a Assembleia do Estado incluiu no Orçamento a previsão de um plano para a revisão dos salários – na prática, uma brecha para concessão de reajustes. Em estado de calamidade financeira desde 2016 e sob o [Regime de Recuperação Fiscal](#) (RRF) desde 2017, o Estado ainda pagará salários 11% maiores para o governador e integrantes do primeiro e segundo escalão do Executivo, após a revogação de uma lei que cortava essas remunerações. O rombo nas contas públicas previsto para este ano está na casa dos R\$ 20 bilhões.

A Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Rio informou que a emenda do Orçamento “não é impositiva”: “Pode haver ou não um plano de revisão anual dos servidores, o que não implica em um aumento salarial ou contratações. Não há previsão de reajustes.”

Em **Goiás**, a Assembleia aprovou um reajuste de até 64,61% para professores com contratos temporários que ainda não recebiam o piso nacional da categoria. A secretária de Economia do Estado, **Cristiane Alkmin**, disse ao **Estadão** que o aumento não

conflita com a lei do socorro porque o piso dos professores é determinado por uma legislação federal, anterior à pandemia, e a lei trata esse tipo de aumento de gastos como uma exceção à proibição.

No **Pará**, o governo concedeu reajuste de 3% para delegados da Polícia Civil e ainda determinou um pagamento retroativo de abono salarial a servidores da segurança pública, referente ao período de 2014 a 2017. O anúncio foi feito pelo governador **Helder Barbalho** (MDB) e pela agência oficial de notícias. O governo do Estado, porém, não respondeu ao pedido do Estadão para detalhar o impacto financeiro da medida e se há violação das restrições impostas pela lei 173.

Em **Mato Grosso do Sul**, o governo discute uma proposta para incorporar o adicional de produtividade ao salário de fiscais tributários e auditores do Estado. Na prática, isso eleva a remuneração porque outros benefícios incidiram sobre o salário mais gordo – além de não haver impedimentos no futuro para a criação de novos adicionais. O governo estadual também não respondeu à reportagem.

Em **Minas Gerais**, [o governador Romeu Zema](#) (Novo) adota o discurso contra privilégios, mas sancionou uma lei que amplia possibilidade de novas gratificações para o Judiciário estadual e aumenta o número de vagas para desembargadores. O governo mineiro não respondeu ao pedido de entrevistas.

Já o **Rio Grande do Sul** anunciou concursos públicos para preencher 3,4 mil vagas, a maior parte de professores e profissionais da Secretaria de Saúde. Tanto a Procuradoria-Geral do Estado quanto o governador, **Eduardo Leite** (PSDB), afirmaram em recente entrevista coletiva que as contratações não violam a lei porque preenchem cargos que já estavam vagos.

Nas prefeituras de **São Paulo** e **Manaus**, os reajustes ficaram para 2022, mas [já foram contratados](#) e, no caso da capital do Amazonas, pode ser implementado ainda este ano, caso a proibição na lei federal seja revogada. Além disso, a remuneração dos prefeitos funciona como teto da remuneração dos servidores municipais.

Em São Paulo, categorias vinham pressionando os vereadores a conceder o reajuste para driblar o que vinha então funcionando como trava, impedindo mais aumentos para a elite do funcionalismo. A Prefeitura disse ao **Estadão** que a lei do reajuste é “autorizativa” e que o teto salarial só será alterado se a pandemia estiver superada em 2022.

Segundo a assessoria de Covas, a mudança é importante porque o teto do funcionalismo não é corrigido desde 2012, e a defasagem favorece a evasão de profissionais de carreiras com salários elevados, geralmente posições com alta qualificação, como auditores fiscais.

Em Manaus, nem a Câmara de Vereadores, nem a Prefeitura responderam aos pedidos de informações da reportagem. Em abaixo-assinado, entidades, instituições, pastorais e movimentos sociais pediram a rejeição dos projetos.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 23 a 25/01/2021	Caderno: Economia



Incertezas políticas e fiscais mantêm estrangeiros cautelosos com o Brasil

Estimativa do BC é que investimentos para setor produtivo tenham somado US\$ 36 bi em 2020, metade de 2019; também foram retirados US\$ 14,8 bi da Bolsa, participações em fundos e títulos da dívida federal, maior volume desde 2016

Fabrizio de Castro e Eduardo Rodrigues, O Estado de S. Paulo

23 de janeiro de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - O ano passado entrou para a história como um dos períodos em que os estrangeiros se mostraram mais cautelosos em colocar dinheiro no **País** seja para o setor produtivo, seja para a **Bolsa** ou o financiamento do governo.

A projeção do **Banco Central** é que o ingresso de investimentos estrangeiros destinados ao setor produtivo (IDP) deva somar US\$ 36 bilhões em 2020 (US\$ 33 bilhões já entraram até novembro), praticamente a metade do volume que ingressou no mesmo período de 2019 e muito inferior ao registrado nos últimos anos. O IDP engloba investimentos mais duradouros no País, como em uma nova fábrica ou compra de participação em empresas já instaladas.

Já nas posições em portfólio – ações na Bolsa, participações em fundos de investimentos e títulos da dívida federal –, foram retirados US\$ 14,8 bilhões, maior volume desde 2016. A participação de investidores externos nos papéis do **Tesouro Nacional**, que chegou a 20,8% do total em maio de 2015, caiu para apenas 9,47% em novembro do ano passado – justamente quando a **União** mais precisava captar recursos para financiar o rombo recorde nas contas públicas por causa das ações no combate à pandemia.

Após meses de fuga do capital externo do País, os últimos meses de 2020 mostraram o começo do retorno dos investidores de portfólio, mas o ritmo ainda é insuficiente para

reverter a forte saída de dólares do Brasil causada pelas incertezas sobre os rumos da economia. Embora haja um excesso de liquidez nos mercados globais, com dinheiro mais que disponível para voltar ao País, as incertezas fiscais, políticas e sanitárias brasileiras, incluindo os entraves para a vacinação em massa no País, mantêm os agentes estrangeiros com um pé atrás na hora de investir.

Fora do radar

“A existência de recursos no mundo é importante, mas não é tudo”, diz o ex-ministro da Fazenda **Maílson da Nóbrega**. “Uma empresa, quando decide investir, examina uma série de fontes”, afirma, elencando entre os fatores considerados a política ambiental, a área social e a governança. “Países que não se preocupam com essas três coisas saem do radar. E o Brasil está mostrando para o mundo um governo que menospreza o meio ambiente, é negacionista e não tem articulação política”, diz Maílson. “Quando olho a maneira como o governo é gerido, é de desanimar qualquer um.”

Além da **Ford**, que **anunciou recentemente que vai sair de três plantas** – **Taubaté (SP)**, **Camaçari (BA)** e **Horizonte (CE)** – depois de um século no País, a japonesa Sony anunciou o fim da produção da fábrica em **Manaus (AM)** até março deste ano. Outra japonesa, a **Mitutoyo**, fechou a planta de instrumentos de medição em **Suzano (SP)** em outubro do ano passado. Já o grupo farmacêutico suíço Roche anunciou que deixará de fabricar medicamentos no País até 2024.

Risco fiscal elevado, dificuldade para implementar reformas, burocracia em excesso, caos tributário, insegurança jurídica, deficiência em infraestrutura são apenas alguns dos fatores que fazem o investidor estrangeiro pensar duas vezes antes de investir no Brasil. “Houve uma piora de imagem e de perspectiva. A contribuição do governo Bolsonaro para isso é a exacerbação da polarização política, que só causa danos ao País”, afirma o **economista Mauro Schneider, da MCM Consultores Associados**. “Vamos precisar de um tempo para voltar a sermos vistos como um país com perspectivas estáveis.”

Para o **economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria Integrada**, mesmo diante dos desafios que a atual crise impõe, a retomada mais forte da economia chinesa pode beneficiar o Brasil, com a volta de uma demanda mais aquecida por commodities que o País produz, mas o contexto político segue ainda

“muito nebuloso”. “Não dá para contar com grandes reformas e grandes medidas capazes nos próximos meses”, diz.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartsman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antônio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Bolsonaro em queda

Descrédito impõe que próximo presidente da Câmara pautie já pedidos de impeachment

O Datafolha voltou a questionar o eleitorado sobre o apoio a um processo de impeachment de Jair Bolsonaro. Que o tema seja na pauta do país é sinal inequívoco de que o governo instalado há pouco mais de dois anos constitui uma anomalia.

Em maio do ano passado, quando o presidente se dedicava a inflamar ataques golpistas contra os demais Poderes e era acusado de interferir na Polícia Federal em benefício de sua família, 46% dos brasileiros aptos a votar entendiam que o Congresso deveria abrir um processo para afastá-lo — contra a vontade de 50%.

De lá para cá, Bolsonaro acumulou nova e farta coleção de vícios, notadamente na sabotagem aberta às políticas de combate à pandemia, cujo fracasso nacional culminou na tragédia de Manaus. Hoje, 42% apoiam o impeachment, ante 53% contrários à medida.

Compreende-se que a opinião pública e, por extensão, o mundo político hesitem diante de intervenção tão drástica. Há indicadores mais evidentes da deterioração da imagem do mandatário, que para metade dos brasileiros não tem condições de liderar o país.

Conforme o Datafolha, a aprovação a seu governo caiu de 37%, em janeiro, para 31%. No período, os que consideram a gestão ruim ou péssima passaram de 32% a 40%, cifras semelhantes às do pior momento desta administração, em ju-

nho (32% e 44%, respectivamente).

Desde Fernando Collor, que não concluiu seu mandato, um presidente eleito não ostentava números tão ruins a esta altura.

Ainda assim, Bolsonaro dispõe de apoio suficiente para tornar difícil o avanço de um processo de impeachment já — embora a pregação mortal contra medidas de distanciamento, a defesa charlatana de medicamentos ineficazes e a ofensiva infame contra a vacinação possam facilmente ser consideradas crimes de responsabilidade.

Mesmo calçada em fundamentos jurídicos, a deposição institucional de um mandatário é evento sobre o político. E, como se percebe na disputa pelos comandos da Câmara dos Deputados e do Senado, a providência não conta, até aqui, com a ampla maioria corretamente exigida pela Constituição.

Para esta Folha, o impeachment é recurso extremo, vagaroso e sempre traumático. Infelizmente não há como ignorar, todavia, a conduta indigna de Bolsonaro, nem os quase 60 pedidos de abertura de processo que aguardam decisão já tardia — e cujas motivações têm amparo em não poucos pareceres jurídicos, como mostrou o jornal.

Análisis-los é imperativo para o próximo presidente da Câmara, e congressistas não devem se esquivar de debater às claras seus fundamentos. Trata-se de resposta que não pode ser sonhada à sociedade.

O alerta do BC

Incerteza fiscal e risco inflacionário podem levar juros a subirem, indica a autoridade monetária

Em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária do Banco Central manteve a taxa básica de juros em 2% ao ano em sua primeira reunião do ano. A decisão ficou dentro do esperado, mas a autoridade monetária também indicou estar mais próxima de determinar uma elevação no custo do dinheiro.

Até então, o BC indicava que não faria mudanças nos juros enquanto duas condições estivessem satisfeitas. Eram elas a preservação do regime fiscal — entendida como aderência ao teto constitucional para os gastos federais — e a permanência das projeções de inflação abaixo das metas de 3,75% para este ano e 3,5% para 2022.

Se ainda não há rompimento da primeira condição, é inevitável que os riscos para as contas públicas aumentaram. O agravamento da pandemia e o drama humanitário em Manaus devem elevar as pressões no Congresso por novos estímulos emergenciais, o que pode elevar ainda mais a dívida federal.

O debate a respeito de um novo auxílio ou de reforços no Bolsa Família tende a ganhar ímpeto nas próximas semanas, após o resultado das eleições para as presidências da Câmara e do Senado. É necessário, de fato, tratar do tema, mas de modo responsável e com foco

nos estratos mais pobres.

Entretanto é na inflação que os riscos se apresentam mais claramente. Depois de alguma acomodação no final do ano, os preços de matérias-primas e sobretudo alimentos voltaram a subir. A retomada desbalanceada da economia nos últimos meses trouxe escassez de insumos e altas significativas de preços em vários setores.

Daí vem a sinalização do BC de que não estão mais preenchidas as condições para garantir a permanência da Selic no patamar atual. Em contrapartida, as incertezas dos próximos meses, a começar pelo risco de recada recidiva, não sugerem alta iminente dos juros.

O BC faz bem em alertar para os novos perigos enquanto permanece paciente para observar a evolução da economia e do ambiente político para reformas e gastos nos próximos meses. Mas o sinal foi dado — já não há margem de manobra e qualquer deslize fará a taxa subir; uma expectativa que vai se consolidando.

Cabe ao Executivo e ao Congresso perceberem que a necessidade de apoio humanitário na pandemia deve ser acompanhada por um esforço sério e renovado por reformas que garantam a solidez fiscal e a retomada do crescimento.



Bolsonaro é louco?

Hélio Schwartsman

SÃO PAULO Como Jair Bolsonaro se sairia numa avaliação psiquiátrica? Ou, numa linguagem mais bolsionariana, ele é doído? Inspirado no livro "The Dangerous Case of Donald Trump", que já comentei aqui, um grupo de ilustres psiquiatras brasileiros decidiu perscrutar a ficha corrida e as atitudes mais recentes do presidente. Chegou a conclusões que, se não permitem um diagnóstico definitivo, servem de alerta para o perigo que ele representa.

Na opinião desses profissionais, que pediram anonimato (o Código de Ética Médica faz restrições a diagnósticos sem exame direto do paciente), Bolsonaro não pode ser classificado como louco imputável (ele sabe o que faz), mas apresenta comportamentos compatíveis com critérios de transtornos de personalidade descritos tanto no CID-11 como no DSM-5.

O que se destaca são traços de personalidade narcísica e paranoide, evidenciados por falta de empatia, agressividade, desconfianças (com o sistema eleitoral, por

exemplo) e alguma desconexão com a realidade.

Isso basta para inabilitá-lo para a função? É preciso cuidado para não estigmatizar portadores de transtornos mentais. Eventuais inaptidões dependem muito da gravidade dos sintomas e do tipo de função exercida. Um portador de transtorno de controle do impulso pode dar um excelente engenheiro aeronáutico, mas um péssimo piloto comercial.

A questão que se coloca é se um cargo como o de presidente, entre cujas funções está a de promover o entendimento, liderar pelo exemplo e servir de bússola moral em momentos graves, é compatível com alguém incapaz de compaixão e que tem dificuldade para acatar regras.

Não penso que candidatos à Presidência devam ser previamente submetidos a uma junta psiquiátrica, mas creio que as impressões de profissionais da saúde mental devem pesar quando se considera a utilização de remédios constitucionais tarja preta como é o impeachment.

heli@uol.com.br

Bolsonaro perdeu a âncora

Bruno Boghossian

BRÁSIL No primeiro ano de mandato, Jair Bolsonaro já não ostentava uma popularidade notável. Ainda assim, apesar dos índices vacilantes, o presidente se escorava em sua famosa base ideológica e, especialmente, nos grupos mais ricos e escolarizados do país. Em 2020, algumas dessas âncoras foram perdidas.

Há pouco mais de um ano, Bolsonaro respirava tranquilo no topo da pirâmide de renda. Sua popularidade desse grupo era o dobro da registrada entre os mais pobres, e a rejeição parecia estável em 20%. A conduta do governo na pandemia e decisões que frustraram esse eleitorado levaram a reaprovação para 47%.

A conquista de apoio nos segmentos mais pobres, com o pagamento do auxílio emergencial, foi a grande salvação de Bolsonaro no primeiro ano do coronavírus. A deterioração dos índices positivos do governo entre os mais ricos, por outro lado, deve expor o presidente a riscos significativos a partir de agora.

Desde que o benefício começou a ser pago, em abril, Bolsonaro pas-

sou pelo que os analistas chamam de "troca de pele". Apoiadores de alta renda rejeitaram a demissão de Sérgio Moro (um personagem popular nesse segmento) e se distanciaram ainda mais do governo com a omissão do presidente na pandemia.

Bolsonaro compenhou essa perda com um avanço entre os mais pobres — em especial aqueles atendidos pelo auxílio. Na faixa de renda mais baixa, sua reaprovação caiu de 43% em dezembro de 2019 para 27% em dezembro do ano seguinte. Agora, o índice voltou para 41%.

Graças ao rescaldo do benefício, Bolsonaro ainda é mais popular hoje entre os mais pobres do que era no primeiro ano de governo. A última pesquisa Datafolha, porém, mostra que esse apoio se esvai rapidamente.

Sem aquela estabilidade nos grupos de maior renda, a trajetória desses números deve ampliar a pressão pela retomada do auxílio, perdurando o futuro do governo principalmente na economia. Se os índices negativos se espalharem, a sustentação de Bolsonaro ficará mais frágil.

Pergunte a Fran Lebowitz

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO "Faz de Conta que NY é uma Cidade", a série da Netflix sobre Nova York, dirigida por Martin Scorsese e com a escritora Fran Lebowitz, não é uma série sobre Nova York, como vem sendo apresentada. É sobre Fran Lebowitz. E ela não é uma escritora, nem se apresenta como tal, mas uma mulher de estúpida inteligência — este não é um oxímoro — que ganha a vida dando sua opinião sobre qualquer assunto que lhe perguntarem em palestras ao vivo.

Isso significa que há tempos Fran não está ganhando a vida, já que, por causa da pandemia, não há palestras ao vivo e ela não pode dá-las online porque não usa celular nem computador. Significa que também não usa Facebook, Instagram ou Twitter, nem lhe fazem falta, e ela só toma conhecimento delas quando tem de se desviar de pessoas nas ruas que não olham por onde andam porque estão digitando em smartphones — inclusive crianças em carrinhos de bebê empurrados pelas mãos.

Muita coisa em Nova York a irrita,

mas ela não viveria em nenhum outro lugar porque, quando se mudou para lá, em fins dos anos 1960, não estava a fim de amabilidade, sossego e silêncio — tinha isso de sobre em seu burgo em Nova Jersey. Estava a fim de Nova York. E quando lhe perguntam se aquela Nova York era melhor que a de hoje, responde: "Claro. Eu tinha 50 anos a menos".

Fran não vê lógica em leis que proíbem o cigarro e tornam a maconha quase obrigatória. Não que a maconha faça mal, diz. Ela tem amigos que fumam maconha desde aquela época e isso não o impediu de estarem hoje perfeitamente idiotizados. Não entende também porque os gays, depois de tantas lutas, insistem em se casar e entrar para o Exército — está falando sério? E há anos ela deixou de ir ao cinema — 400 pessoas mastigando ao seu redor a afligem.

O mundo é um lugar difícil para pessoas como Fran e eu, que ainda acreditamos que ele pode ser melhorado pela razão.

A verdade é sexy

Tom Farias

Jornalista e escritor, autor de "Escritos negros" e "A Bolha"

O discurso de posse de Joe Biden, sobretudo quando faz a defesa "da verdade sobre a mentira", sorri debochadamente com um recado ao governo do Brasil e, em especial, a todos os brasileiros. Entre outras coisas, o homem mais poderoso do mundo diz que é preciso ficar de olhos bem abertos para atos de governantes que usam o esquema da mentira (que vai além de fake news) para encobrir sua ineficiência e burlar a democracia.

É, supostamente sabemos, estratégia das mais fajutas, mas realizável plenamente, como vimos na façanha aloucada de Donald Trump, que fez de tudo para não legitimar o processo das eleições e apoiou a turba que invadiu o Capitólio.

Como isso interfere nas condições políticas e democráticas? Em quase tudo, especialmente no pressuposto de que não podemos menosprezar ações de homens como Trump nem o aloprisimo tupiniquim de um Jair Bolsonaro, que tem um "Messias" no nome.

Por trás do discurso de ódio, como no caso dos EUA e das ameaças veladas por aqui ("quando acabar a saliva, tem que ter pólvora"), o olhar é de atenção, enquanto os ouvintes precisam estar afiados para a distopia dos discursos governistas. A democracia brasileira é não apenas nova, é frágil. De tempos em tempos, sofre seus abalos. O primeiro presidente, o militar Deodoro da Fonseca, não aguentou o regime que ajudou a criar e renunciou. Fica aí uma sugestão (e o fato sob ameaça de ganhar processo).

O poder nas mãos de um despreparado para exercê-lo tem o mesmo efeito de uma bomba atômica. O sujeito senta naquela cadeira de couro, acha que é o pai e resolve mudar (não criar) o mundo a seu bel-prazer. Dá ordens, depois nega que deu, ou as modifica, da noite para o dia, como se a imprensa (sobretudo esta Folha) não estivesse atenta a toda sorte de sandices ditas e praticadas desde antes da sua posse.

Joe Biden deu aquele recado que mais parece com o "vestir a carapuça", seja quando fala de segurança, a cargo agora de um negão, o general Lloyd Austin, seja quando trata do meio ambiente ou da crise sanitária, em um país que perdeu mais de 400 mil vidas. A volta do Acordo de Paris e a chancela à OMS são outros dois "toques" relevantes, que se bem traduzidos para o português, tem o sentido: "olha, acabou a gracinha".

Outro dia li uma frase afirmando o quanto a verdade é sexy. A verdade, de fato, tem beleza. A posse de Biden-Kamala foi a posse do sorriso, da elegância, da cordialidade. Da diversidade, acima de tudo. Be-la sugestão a ser seguida por aqui, depois que for defenestrado o poder tudo o que é ódio, mentira e deslealdade.

Hoje, excepcionalmente, não é publicada a coluna de Marcos Lisboa.

Na AL, só Venezuela tarifa importações mais que Brasil

Motor da abertura prometida por Guedes, Camex conduz política protecionista

Julio Wiziack

BRASÍLIA Motor da abertura prometida pelo ministro Paulo Guedes (Economia), a Camex (Câmara de Comércio Exterior) conduz uma política protecionista. Na América Latina, só a Venezuela supera o Brasil em tarifas médias de importação.

O Brasil tem tarifas mais elevadas do que países como China, Cuba, Argentina e Bolívia. De acordo com o Banco Mundial, 12 países são mais fechados do que o Brasil. São eles: Chade, Camarões, Etiópia, Nepal, Bangladesh, Paquistão, Benin, Venezuela, Togo, Senegal, Quênia e Congo.

Os dados mais recentes da OMC (Organização Mundial do Comércio) mostram que a média da tarifa de importação do Brasil foi de 10,2%, em 2019, ante 13,2% da Venezuela. O país vizinho liderado pelo ditador Nicolás Maduro é usado pelo presidente Jair Bolsonaro e Guedes como exemplo de tudo o que dá errado. A tarifa média de Cuba, regime comunista, foi de 7,2%, em 2019, e a da China, 3,5%.

"Será que alguém vai dizer que os irmãos Castro [Fidel Castro comandou Cuba por décadas e foi sucedido por Raúl], o kirchnerismo [Néstor e Cristina Kirchner, ambos peronistas, presidiram a Argentina] e o bolivarianismo [doutrina política dos presi-

dentos da Venezuela] são regimes ultraliberais e entusiastas, ou que nossas empresas enfrentam agruras maiores que as enfrentadas por empresas argentinas ou bolivianas?", questionou Roberto Ellery, economista da UnB (Universidade de Brasília), em artigo publicado recentemente sobre o assunto.

Com base nos dados do Banco Mundial, Ellery selecionou tarifas médias de países da América Latina e do Caribe com população maior que 5 milhões de habitantes. Depois, comparou com todos os países. "É isso mesmo. Temos a maior tarifa média do grupo. Argentina, Venezuela, Bolívia e mesmo Cuba praticam tarifas menores do que as nossas", escreveu.

Guedes assumiu o cargo há dois anos prometendo implementar o ajuste fiscal com reformas estruturantes, privatizações, cortes de subsídios e abertura comercial — pilares do modelo liberal que levou o empresariado a encampar a candidatura de Bolsonaro.

Até o momento, o governo pouco avançou nessa política, e a expectativa era que pelo menos a Camex fosse cumprir a promessa de redução de tarifas de importação. Ela é presidida por Guedes, e a maioria de seus integrantes é da equipe econômica.

Isso tornaria insumos para indústria mais baratos, me-

Sem abertura comercial

Tarifas elevadas de importação de bens manufaturados fazem do Brasil um dos mais protecionistas do mundo

Evolução da tarifa média de importação, em %



Fonte: Banco Mundial

lhorando até as exportações de médias empresas que hoje são forçadas a comprar de fornecedores nacionais com preço maior e qualidade inferior.

Apesar do discurso em defesa da livre concorrência, a Camex cedeu à pressão política do governo e da indústria, além de acirrar a política antidumping, elevando tarifas de

quase 60 categorias de produtos acima da TEC (Tarifa Externa Comum), cujo teto é 35% do valor de uma mercadoria.

No início de dezembro de 2020, a Camex decidiu, por pedido de Bolsonaro, zerar o imposto de Importação de armas de fogo. A alíquota era de 20% para revólveres e pistolas. Bolsonaro e seus filhos de-

fendem a flexibilização do porte de armas. O presidente chegou a comparecer à reunião da Camex, feito inédito na história do órgão.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) chegou a postar em suas redes sociais foto com representante da alemã SIG Sauer, uma das fabricantes que tentam convencer o governo a abrir o mercado para estrangeiros.

Guedes defendeu a isenção do imposto dizendo que se trata de um passo rumo a abertura comercial.

A medida, a única genuinamente liberal da Camex por ameaçar o monopólio da Taurus, acabou sendo suspensa pelo ministro do Supremo Edson Fachin no fim de 2020.

Naquele momento, tubos de oxigênio hospitalar, fundamentais no tratamento da Covid-19, passaram a ser taxados em 14%. Antes, eram isentos.

Em novembro de 2019, a Hasbro, gigante americano de brinquedos, enviou carta a Guedes pedindo que a Camex reduzisse o imposto de importação de seus produtos.

A Hasbro vende brinquedos das marcas Transformers, Power Rangers, Princesas Disney, Star Wars, Marvel, Beyblade e Trolls, dentre outras.

Em novembro de 2020, a Camex aprovou uma redução em três fases, dos atuais 35% para 20%. O corte na tarifa será de cinco pontos percentuais a cada seis meses até o segundo semestre deste ano.

Hoje, a tarifa está em 30%, ainda comparável a países como Afeganistão e Zimbábue.

Desde o início do governo Bolsonaro, setores da indústria que dependem de máquinas pesadas e equipamentos (os chamados bens de capital) e o segmento de tecnologia, que utilizam bens de informática, pleiteiam a abertu-

ra total desse segmento.

A proposta inicial em discussão na Camex, no entanto, era baixar para 4% ao longo de 15 anos. Hoje, bens de capital são taxados em 14%, e os de informática, em 16%.

Os grandes fabricantes locais passaram a pressionar o governo para que essa medida não ocorresse ou fosse feita de forma mais suave para baratar produtos da China. O assunto não prosperou até hoje.

A Camex baixou alíquotas de diversos outros produtos manufaturados, mas, segundo técnicos envolvidos nos estudos e que pediram anonimato, elas ainda estão acima daquelas praticadas por países da OCDE, grupo no qual Brasil tenta ingressar.

Essas reduções, no entanto, foram concedidas com prazo de validade, cerca de dois anos, o que não define uma política efetiva de abertura, ainda segundo os técnicos do governo.

Além disso, em outra frente, a Camex revisou a menos 58 casos de dumping (venda de produtos muito abaixo do preço justo). Quando isso ocorre, o país passa a usufruir do direito de aplicar tarifas adicionais além da TEC por cinco anos, em média.

As novas tarifas cobrem produtos de diversas categorias, desde produtos químicos até lápis de escrever e colorir.

Por meio de sua assessoria, o Ministério da Economia informou que a TEC está em processo de análise para adequá-la às atuais necessidades de inserção dos países do Mercosul na economia mundial.

Também informou que negociações comerciais, como as com a União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), permitirão, além da redução tarifária, o acesso a novos mercados.

semináriosfolha

folha.com/meiosdepagamento

26 de janeiro
15h às 18h

Evento gratuito

Assista ao vivo em folha.com/meiosdepagamento e participe enviando perguntas para o WhatsApp 11 99648-3478

webinar Tendências em meios de pagamento

As inovações nos jeitos de pagar e por que você precisa estar por dentro delas

Em 2020, o Brasil implementou o Pix, um sistema instantâneo de pagamentos, e essa foi apenas uma das novidades do mercado financeiro recentemente. Para auxiliar nisso, a **Folha** apresenta o webinar **Tendências em meios de pagamento**, com especialistas e convidados das áreas de finanças e tecnologia discutindo sobre aberturas no mercado financeiro, possibilidades de parcerias entre fintechs e questões de cibersegurança e controle de dados.

Seminários Folha. O Brasil precisa ser discutido.

Debates	DEBATE 1 15h às 16h NOVOS MEIOS DE PAGAMENTO	DEBATE 2 16h às 17h NOVOS PLAYERS NO ECOSISTEMA
	<p> JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do Banco Central</p> <p> JOÃO PEDRO PARO presidente da Mastercard Brasil e Cone Sul</p> <p> NATHALIA ARCURI CEO da Me Poupel e especialista em planejamento financeiro</p>	<p> BRUNO DINIZ autor de "O Fenômeno Fintech" e cofundador da Spiralem</p> <p> GERALDO RODRIGUES diretor de negócios digitais do Santander Brasil</p> <p> RAUL MOREIRA coordenador do comitê de inovação do Banco Original</p> <p> ROBSON DANTAS diretor de fintech do Magazine Luiza</p>
	DEBATE 3 17h às 18h CIBERSEGURANÇA	
	<p> HENRIQUE LIAN diretor da Proteste - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor</p> <p> PIERO FORMICA data protection officer da Tim</p> <p> ROGÉRIA LEONI diretora jurídica da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein</p> <p> RONALDO LEMOS colunista da Folha e representante do MIT Lab no Brasil</p>	

#SigaFolha • Cobertura especial do evento.
• Vídeos e reportagens no site da Folha.

Patrocinado:  **mastercard**

Realização: **FOLHA100** ★★★

mercado

Dívida pública e inflação

Inflação sempre será o resultado de inércia, expectativa, câmbio e estado da economia

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Alguns leitores têm me perguntado se há uma relação automática entre endividamento público e inflação.

A resposta é não. A visão monetarista ingênua de que há uma relação fixa entre quantidade de moeda e inflação, ou ainda que o crescimento da dívida pública automaticamente gera elevação da inflação, há muito tempo foi superada pela teoria. E, evidentemente, os fatos têm justificado essa superação.

A dinâmica da inflação é

sempre determinada pela resultante, no sentido da mecânica, de quatro forças: inércia, ou o passado; as expectativas, ou o futuro; câmbio, que é a dimensão espacial ou geográfica da inflação; e o estado da economia, se há excesso de emprego dos fatores de produção ou se há ociosidade. O balanço das quatro forças ditará se a inflação subirá ou cederá.

Conseqüentemente, a elevação da quantidade de moeda, em particular, e, em geral, da

dívida pública, lembrando que a moeda é um passivo do setor público contra o setor privado, influenciará a dinâmica da inflação por meio de seus impactos sobre um (ou mais) dos quatro fatores elencados no parágrafo anterior.

No Brasil, uma pequena economia aberta, o canal mais importante é o câmbio. O crescimento da dívida pública pode indicar aos detentores de títulos públicos que o Tesouro em algum momento no futu-

ro não terá condições de arcar com parte dos serviços da dívida e terá que fazê-lo integralmente por meio de emissão de dívida nova. A dívida, como proporção da economia, inicia trajetória explosiva.

A trajetória explosiva faz com que as pessoas fiquem com medo de financiar o Tesouro e cobrem um preço para fazê-lo. Esse preço será tão maior quanto mais longo for o prazo de vencimento do título de dívida. Portanto, os juros de longo

prazo sobem muito. A resposta do Tesouro é rolar a dívida com títulos de prazos menores. Conforme a dívida, como proporção da economia, sobe e seu prazo médio de vencimento cai, a capacidade de uma política monetária ser a reguladora da demanda agregada cai. Diminui a capacidade de o Banco Central regular a demanda. A inflação sobe.

O problema é que, como as pessoas sabem de tudo que eu escrevi até agora antes de tudo isso acontecer, os detentores de títulos públicos, antecipando-se aos problemas, vendem títulos e tentam colocar parte de sua riqueza financeira em outra moeda. O câmbio se desvaloriza, pressionando a inflação.

Adicionalmente, como todo o mundo sabe de tudo que escrevi até aqui, as expectativas inflacionárias sobem. E aí, das qua-

tro forças que determinam a dinâmica da inflação, duas, câmbio e expectativas, já viraram para o campo inflacionário. É perfeitamente possível a resultante ser inflacionária mesmo com desemprego. Quando isso acontece, temos estagflação.

Assim, se é verdade que não há relação mecânica entre dívida e inflação — ela é mediada pelas quatro forças —, também não é verdade que Tesouro que emite dívida em sua própria moeda tem espaço ilimitado para fazê-lo. Essa tem sido a pregação, a meu ver equivocada, de alguns economistas no que se chamou de Teoria Monetária Moderna.

A inflação será sempre o resultado daquelas quatro forças. Duas, expectativas e câmbio, são muito voláteis. Tudo cuidado é pouco. Elas podem virar com rapidez.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



Jair Bolsonaro (ao centro) e o ministro Paulo Guedes (Economia) em Davos, na edição de 2019 Alan Santos - 22.jan.19/Divulgação/Presidência

Jair Bolsonaro evita Fórum Econômico Mundial de novo

Brasil terá participação de Mourão e de ministros Tereza, Guedes e Ernesto

Ricardo Della Coletta, Daniel Carvalho e Fábio Pupo

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) não deve participar pelo segundo ano seguido do Fórum Econômico Mundial. O evento anual reúne alguns dos principais líderes internacionais, além de grandes empresários e entidades.

Com o avanço da pandemia do novo coronavírus, haverá

um encontro virtual do fórum a partir deste domingo (24). As sessões se estenderão até sexta-feira (29).

A Covid-19 já fez com que a reunião presencial deste ano fosse transferida de Davos, na Suíça, para Singapura, com data prevista para maio.

A cidade-estado conseguiu controlar a transmissão do vírus em seu território, mas o avanço da doença nas principais economias do mundo levanta dúvidas sobre quais

líderes aceitarão se deslocar para a região.

Bolsonaro compareceu a Davos em 2019, menos de um mês depois de assumir a Presidência da República.

Na ocasião, ele fez um discurso de apenas oito minutos, acrescido de uma rápida sessão de perguntas do presidente do fórum, Klaus Schwab.

Foi a estreia do mandatário na arena internacional e ele defendeu que o Brasil liderasse pelo exemplo.

"Hoje em dia um precisa do outro. O Brasil precisa de vocês, e vocês com certeza precisam do nosso querido Brasil", disse.

A plateia no local reagiu sem entusiasmo diante da curta duração e do conteúdo das falas de Bolsonaro, consideradas pouco objetivas.

A passagem do presidente brasileiro pelos corredores de Davos naquele ano ganhou destaque no documentário "O Fórum". Dirigido pelo alemão Marcus Vetter, o filme mostrou

um Bolsonaro que estava um tanto sem jeito em um salão repleto de políticos de alto escalão, além de empresários e chefes de organizações civis.

O documentário também revela uma constrangedora interação de Bolsonaro com Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos e hoje um influente ativista ambiental.

"Estamos todos muito preocupados com a Amazônia. Lamento trazer isso numa conversa informal, mas é que esse assunto me toca profundamente", disse o ex-vice-presidente americano.

"A Amazônia não pode ser esquecida. Temos muitas riquezas. E gostaríamos muito de explorá-las junto com os EUA", respondeu Bolsonaro.

Após a tradução, Gore resume o estranhamento da conversa: "Não entendi muito bem o que quis dizer".

Já na edição seguinte, o brasileiro decidiu não participar. A última reunião na Suíça antes da eclosão da pandemia de Covid-19 teve forte ênfase na sustentabilidade, sendo que uma das principais convidadas foi a ativista ambiental sueca Greta Thunberg.

Naquela ano, Bolsonaro já era alvo de diversas críticas por declarações contra ONGs (organizações não governamentais) que atuam na preservação da Amazônia e por uma onda de queimadas no bioma.

A decisão de Bolsonaro de se ausentar não é novidade de entre líderes brasileiros.

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT), por exemplo, foi a Davos apenas uma ocasião, em 2014. Michel Temer (MDB) faltou em 2017, mas compareceu ao evento no ano seguinte.

Na reunião virtual de 2021, Bolsonaro será o único mandatário fórum que deve dar destaque para os efeitos da pandemia.

O governador de São Paulo — e presidencialável —, João Dória (PSDB), que vem travando uma disputa com Bolsonaro por protagonismo no combate ao coronavírus, irá participar da mesa "Repensando

do as cidades para um futuro pós-Covid", na terça-feira (26).

O fórum reunirá virtualmente diversos chefes de governo, entre eles Xi Jinping (China), Angela Merkel (Alemanha), Alberto Fernández (Argentina) e Iván Duque (Colômbia).

Sem Bolsonaro, o governo brasileiro estará representado pelo vice-presidente Hamilton Mourão e por um reduzido grupo de ministros.

Na quarta-feira (27), a ministra Tereza Cristina (Agricultura) participará da sessão "Destruindo inovação para transformar os sistemas de alimentação". Também na quarta, Mourão deve falar em um painel, o "Financiando a transição na Amazônia para uma bioeconomia sustentável".

Dois dias depois, o ministro Ernesto Araújo (Relações Exteriores) participará de uma sessão sobre geopolítica. O ministro Paulo Guedes (Economia) estará em um painel sobre o sistema internacional de comércio, no mesmo dia.

O fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado participará da sessão de abertura do fórum, neste domingo, quando receberá o 27º Crystal Awards, em homenagem a artistas transformadores.

A abertura também conta com um vídeo com a participação do coro da Orquestra do estado de São Paulo.

Uma pesquisa com mais de 650 membros do Fórum Econômico Mundial mostra que doenças infecciosas e crises de sobrevivência lideraram a classificação dos riscos previstos que representarão uma ameaça crítica ao mundo nos próximos dois anos.

Eventos climáticos extremos e falhas de cibersegurança também são apontados como riscos importantes.

As preocupações a médio prazo incluem a explosão de bolhas de ativos e crises de dívida, segundo o relatório, enquanto os maiores temores a longo prazo são o uso de armas de destruição em massa e o colapso de países.

Com Biden ou Trump, comércio do Brasil com os Estados Unidos não muda muito

OPINIÃO

Rubens Ricupero

Diplomata, ex-embaixador do Brasil em Washington (1991-1993) e Roma (1995), ex-ministro do Meio Ambiente e da Fazenda (1993-1994 e 1994, governo Itamar Franco)

O comércio Brasil-Estados Unidos teve em 2020 o pior resultado em 11 anos, encolendo mais de 25%. Parte resultou da pandemia, parte da queda do preço do petróleo. Um terceiro fator foi o protecionismo de Donald Trump em aço e alumínio, que privou o

Brasil de centenas de milhões de dólares em exportações.

A importância do mercado americano para as vendas brasileiras vem caindo há mais de um século. Representava 36% no início do século 20, oscilava entre 20% e 25% nos anos 1970-80, baixara a 16% em 2000. No ano passado, foi de 9,8%.

Enquanto isso, a China, que no começo dos 1990 correspondia a apenas 1,8% de nossas exportações, em 2020 saltara para 34%.

Com 120 anos de duração, a

redução não pode ser atribuída a razões passageiras. Trata-se de tendência estrutural, de longo prazo, difícil, se não impossível, de reverter. Os motivos são muitos, mas boa parte tem a ver com mudanças na estrutura do comércio exterior tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil.

Desde o início dos 1990, os americanos adotaram a estratégia de exportar fábricas e empregos industriais a países de baixo custo de produção, sobretudo em mão de obra: China, asiáticos, México (pe-

la vantagem da vizinhança).

O Brasil ficou de fora, como teria de ficar, pois seus salários e custos já eram mais altos. Compensou parcialmente a perda ao setornar grande exportador de mais de dezena de commodities agrícolas e minerais no momento em que a demanda por esses produtos explodia na China e na Ásia.

É essa a explicação do fenômeno, não supostas preferências de governos brasileiros esquerdistas pela China, como sustentado por Jair Bolsonaro. Tanto assim que,

passada metade do atual governo, a dependência em relação aos chineses cresceu ao passo que diminuíram as vendas aos americanos.

Não serão acordos nem negociações que vão alterar o quadro. Isso depende da capacidade de oferecer produtos competitivos em qualidade e preço. Impossível não é, como provaram algumas indústrias, não só a Embraer mas mecânicas e elétricas, quase todas de Santa Catarina, que souberam conquistar posição no competitivo mercado americano.

Biden já anunciou que não vai negociar acordos comerciais antes de recuperar a competitividade da economia. Sua orientação em comércio não difere em essência da linha Trump. Ademais, as diver-

gências em meio ambiente e diplomacia ameaçam gerar conflitos com Bolsonaro, com eventual aplicação de sanções comerciais.

Se isso acontecer, já estamos acostumados. Não por ideologia, mas protecionismo, o governo Trump foi dos que mais aplicaram medidas comerciais contra o Brasil. Em contraste com déficits enormes com seus cinco maiores parceiros, os EUA têm com nosso país seu terceiro maior excedente em bens e serviços (US\$ 30 bilhões em 2019 e US\$ 20 bilhões em 2020).

Nem a vassalagem política nem a vantagem americana no saldo comercial pouparam o Brasil do protecionismo de Trump. Depois de "amigos" como esse, é difícil imaginar que Biden possa ser pior.



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

A volta do auxílio emergencial

Retorno do benefício faz sentido, em cenário de recrudescimento da pandemia e vacinação incerta, mas é preciso que seja acompanhado por medidas que enfrentem expansão das despesas obrigatórias

25/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A volta do auxílio emergencial se torna cada vez mais provável, devido ao recrudescimento da pandemia e ao ritmo lento e incerto da vacinação contra a covid-19. A economia brasileira vai sofrer o golpe dessa combinação, devendo encolher no primeiro trimestre. O aumento do número de casos e mortes começa a levar a medidas mais fortes de restrições à mobilidade, como as anunciadas pelo governo de São Paulo na sexta-feira. As perspectivas para o mercado de trabalho, que já não eram das melhores, tendem a piorar, afetando o consumo das famílias. O quadro também é negativo para o investimento, dadas as incertezas sobre a vacinação e a possibilidade de que outros Estados e municípios adotem novas medidas de isolamento social, ainda que menos rigorosas do que as implementadas em março e abril do ano passado.

Com isso, as perspectivas para o crescimento em 2021 começaram a se deteriorar, e números na casa de 2% a 3% já aparecem em algumas estimativas de bancos e consultorias, apesar da elevada herança estatística que 2020 deixará para este ano. Nesse ambiente, cresce a pressão pela renovação do auxílio, uma medida que faz sentido, num ambiente de desemprego altíssimo. A volta do benefício, porém, precisa ser muito bem comunicada e acompanhada por medidas que indiquem o

compromisso com a sustentabilidade fiscal, com reformas que enfrentem o aumento das despesas obrigatórias, como os gastos com pessoal.

Retorno faz sentido, com piora da pandemia e vacinação incerta

O Ministério da Economia resiste ao retorno do auxílio, encerrado em dezembro. O risco é ser atropelado pelo Congresso e ver aprovado um benefício de valor mais alto, por um prazo longo e para um público mais amplo do que o recomendável num momento em que a dívida bruta é de quase 90% do PIB, enquanto a média dos emergentes é um pouco menor que 63% do PIB.

Na declaração da equipe do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao fim da missão que fez o raio-X da economia brasileira no ano passado, divulgada em outubro, ficou evidente o dilema para a política fiscal do país. O Fundo elogiou o compromisso do governo com o teto de gastos e ressaltou a importância do mecanismo. Ao mesmo tempo, afirmou que, se “a evolução das condições sanitárias, econômicas e sociais” fosse “pior do que o esperado pelas autoridades”, elas deveriam “estar preparadas a prestar mais apoio fiscal”.

O FMI sugeriu a realocação de recursos dentro do teto, para fortalecer a rede de proteção social de modo permanente. Essa teria sido a melhor solução, unificando programas sociais como o Bolsa Família, o abono salarial, o salário família e o seguro-defeso, conforme a proposta dos economistas Fernando Veloso, Marcos Mendes e Vinicius Botelho. Isso exigiria, porém, a disposição para tomar medidas corajosas e politicamente difíceis, algo que não faz parte do repertório do presidente Jair Bolsonaro.

O problema é que a pandemia não acabou com o ano-calendário, como tem dito o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto. Há uma segunda onda em curso, provavelmente mais grave que a primeira, o que também se observa em diversos outros países, com impactos sobre o ritmo de crescimento global no primeiro semestre. O dramático no Brasil é a atitude de Bolsonaro, que não reconhece a gravidade da doença, questiona a eficácia das vacinas e não planeja a imunização.

Com o recrudescimento da epidemia e as incertezas sobre a vacinação, retirar os estímulos fiscais abruptamente tende a levar a uma desaceleração expressiva da economia. Sem o auxílio, haverá uma queda de renda significativa dos grupos mais vulneráveis. Isso justifica mais apoio fiscal, como recomendado pelo próprio FMI, insuspeito de leniência fiscal. Além da volta do auxílio, podem ser necessários mais recursos para a saúde e para a compra de vacinas.

A questão é como fazer isso num país que tem de fato uma situação fiscal delicada. O comportamento do câmbio e das taxas de juros de longo prazo reflete a incerteza sobre a trajetória das contas públicas. A renovação do auxílio e eventuais novos gastos com saúde precisam ser comunicados com cuidado, ou o impacto sobre as condições financeiras vai dificultar ainda mais a retomada da atividade. Além disso, um câmbio muito desvalorizado colocará mais pressão sobre os preços, podendo exigir do Banco Central (BC) elevações mais fortes dos juros.

A situação exige uma sintonia fina. É preciso cautela ao retirar os estímulos fiscais, sem que isso seja visto como o fim do compromisso com o ajuste das contas públicas. Uma opção é usar a abertura de créditos extraordinários para financiar despesas como o auxílio. Salto observa que se trata de um instituto previsto na Constituição e que pode ser utilizado mesmo sem a presença do decreto do estado de calamidade pública, “como acontece em maior ou menor grau todo ano”. Segundo ele, o crédito extraordinário, desse modo, pode resolver a questão do teto, que limita o crescimento das despesas da União à inflação.

“O problema é que o déficit público previsto já é alto”, diz Salto. “Para o déficit, são necessárias outras medidas, ou pelo menos contas mostrando como ele seria afetado e como o país voltará, e em que prazo, à estabilidade da relação dívida/PIB.” Com isso, o crédito extraordinário poderia ser um caminho para a volta do auxílio, desde que acompanhado por outras medidas mostrando a sustentabilidade da dívida, como reformas que apontem para redução de gastos obrigatórios, caso das despesas com pessoal, avalia Salto, ressaltando que essa é uma das opções na mesa. “A falta de planejamento é um pecado mortal quando se está numa crise como esta. Em tempos normais, passa como um pecado venial, mas, no quadro atual, tudo muda de figura.”

O orçamento deste ano, ainda não aprovado, não tem espaço para mais gastos. O risco de paralisação dos serviços públicos já é elevado mesmo sem novas despesas, diz Salto. Para acomodar novos gastos, uma outra saída terá que ser adotada, além do corte de despesas discricionárias, como o custeio da máquina e os investimentos.

Os candidatos à presidência da Câmara e do Senado têm se mostrado a favor da volta do auxílio, em maior ou menor grau, indicando que ele deverá ser renovado. O benefício terá que ser menor que os R\$ 600 que vigoraram de abril a agosto - de setembro a dezembro, o valor foi de R\$ 300 -, e voltado a um grupo mais restrito. Em alguns meses, ele chegou a quase 68 milhões de pessoas. O prazo também não poderá ser dos mais longos.

Para que seja viável um auxílio por um período menor, porém, é fundamental que a vacinação deslanche. Sem isso, a economia não voltará à normalidade.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Fórmula Melan-Free clareia manchas e está com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

smartphone samsung galaxy a51 sm-a515f tv digital 128gb câmera quádrupla android 10

ZOOM

LINK PATROCINADO

Doutora revela: "você pode resolver suas rugas em casa" (veja como)

DIATENA

Alta do dólar reflete a má situação fiscal do país

O Brasil deve perder o bonde da ampla liquidez global, deixando de atrair preciosos investimentos estrangeiros

25/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O dólar chegou a R\$ 5,48 na sexta-feira, depois de uma alta acumulada de 2,2% na semana passada. Pesou o clima ruim nos mercados internacionais, com maior aversão a risco e o rebaixamento das perspectivas de crescimento mundial, sobretudo na Europa. Mas não se engane: o dólar caro reflete, sobretudo, as nossas dificuldades para lidar com questões domésticas, na resposta à pandemia, na política fiscal e na agenda de reformas para ampliar a produtividade da economia.

Uma evidência de como o Brasil está descolado das boas notícias vindas de fora é que, na quarta-feira, o mercado acionário americano teve a maior alta num dia de posse de um presidente americano desde Ronald Reagan - mas, por aqui, a Bolsa registou queda. O pico de 125 mil pontos do Ibovespa ficou para trás e, no fechamento da semana, o índice ficou em 117 mil pontos.

A chamada onda azul, com a eleição de Joe Biden com um Congresso democrata, vem apoiando o preço das commodities desde o fim do ano passado. Entretanto, o real, uma moeda cuja força está historicamente relacionada às commodities, deu vários sinais de fraqueza. Reage pouco aos eventos positivos e, quando o mundo tem más notícias, está entre as que mais perdem valor ante a moeda americana.

Há algumas explicações técnicas para o real fraco. Uma delas é uma nova regra, criada por iniciativa do Banco Central, que isenta os bancos de proteger de forma

exagerada os seus investimentos fora do país - o chamado "overhedge". Esse sistema obrigava as instituições financeiras a manterem um excesso de posição vendida em câmbio de US\$ 50 bilhões. No ano passado, os bancos compraram US\$ 35 bilhões para desfazer parte dessa posição, pressionando a taxa de câmbio.

Outra justificativa é o corte dos juros básicos. O Banco Central baixou a Selic a apenas 2% ao ano para estimular a economia e impedir que a inflação caísse muito abaixo da meta. Um dos canais esperados de transmissão da política monetária é justamente a taxa de câmbio. Juros mais baixos dentro do Brasil - hoje estão negativos - desestimulam o ingresso de investimentos estrangeiros em renda fixa e incentivam brasileiros a aplicar no exterior.

Olhando adiante, porém, esses dois fatores devem pesar menos na desvalorização do real. O estoque de "overhedge" é finito e, hoje, há menos posições a serem desfeitas pelos bancos. Sobre a taxa básica de juros, o mercado precifica um início de aperto. Os juros futuros mais altos já deveriam começar a atrair capitais estrangeiros, ou pelo menos dissuadir investidores a retirar recursos que estão aplicados dentro do país.

De fato, o ambiente mais geral é bastante favorável ao fortalecimento do real. Não apenas pela alta das commodities. O governo americano está promovendo uma expansão fiscal sem que o Federal Reserve (Fed) se mova para retirar os extraordinários estímulos à economia. O Banco Central Europeu (BCE) também joga dinheiro na economia para afastar o risco de deflação. Com a ampla liquidez internacional injetadas pelos BCs e a perspectiva de alta de juros domésticos, os custos das captações de empresas brasileiras no exterior ficam relativamente mais competitivas.

Os fundamentos externos do Brasil também são favoráveis. O déficit em conta corrente está em apenas 0,82% do Produto Interno Bruto (PIB). É bem abaixo dos níveis considerados sustentáveis, na casa dos 3% do PIB. O normal é um país emergente, carente de poupança doméstica e cheio de oportunidades, atrair uma parcela maior de recursos estrangeiros para bancar os seus investimentos. As reservas internacionais estão em confortáveis US\$ 354,8 bilhões.

A dinâmica do câmbio, porém, está em boa medida sendo determinada pela fragilidade fiscal do país. O Brasil se descolou dos bons ventos do exterior justamente no momento em que foi exposto o precário planejamento do governo para fazer a vacinação da população conta a covid-19. A economia ameaça um novo mergulho recessivo no primeiro trimestre, aumentando a pressão para novos gastos fiscais.

Há outros problemas estruturais. A agenda de reformas que poderia aumentar a produtividade e o crescimento de longo prazo da economia também parece estar perdendo a prioridade para a pandemia. Com isso, o Brasil deve perder o bonde da ampla liquidez global, deixando de atrair preciosos investimentos estrangeiros.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Fórmula Melan-Free clareia manchas e está com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

cama box casal com colchão union ortobom

ZOOM

LINK PATROCINADO

Doutora revela: "você pode resolver suas rugas em casa" (veja como)

DIATENA

LINK PATROCINADO

Empreendedores de Salvador abrem loja virtual fácil

OLIST

por taboola

Conteúdo Publicitário

Auxílio evitou taxa de desemprego maior, diz estudo

Quase 500 mil pessoas saíram da força de trabalho no segundo trimestre de 2020 em função do benefício

Por **Lucianne Carneiro** — Do Rio

25/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Daniel Duque: “Renovação de auxílio ajudaria a diminuir desemprego” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O auxílio emergencial evitou que a taxa de desemprego ficasse ainda maior durante a pandemia. Quase 500 mil pessoas deixaram de buscar emprego no segundo trimestre de 2020 em função do benefício, o que reduziu a pressão sobre o mercado. É o que aponta um estudo do pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) Daniel Duque.

Em carta, secretários de 18 Estados pedem que benefício volte a ser pago

Sem este efeito, a taxa de desemprego teria sido de 13,7% no período, acima dos 13,3% registrados. No terceiro trimestre, o impacto foi ainda maior: 808 mil pessoas a menos na força de trabalho. A taxa de desemprego, que ficou em 14,6% no período, teria sido de 15,3%.

Neste início de 2021, o mercado de trabalho vai sentir os impactos tradicionais da época - sazonalmente há piora em função da dispensa dos trabalhadores contratados de forma temporária para o fim de ano - e os efeitos persistentes da pandemia de covid-19. Mas as movimentações recentes para uma eventual volta do benefício deixam em aberto novas influências. Caso haja retomada do auxílio, a tendência é que a alta da taxa de desemprego seja menor que a esperada hoje.

“Além do impacto na renda das famílias e na atividade econômica, o auxílio emergencial também ajudou a evitar uma alta maior da taxa de desemprego. O auxílio teve efeito significativo em segurar a busca por trabalho no momento de isolamento social”, afirma Duque.

No estudo, o pesquisador usa dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) e da Pnad Covid19 IBGE para estimar a relação entre o auxílio emergencial, a força de trabalho e a taxa de desemprego. Pela metodologia do IBGE, são considerados desempregados apenas os trabalhadores que estão desocupados e em busca de trabalho. Ou seja, quem não busca trabalho não é incluído no cálculo na taxa de desemprego.

Assim, essas pessoas que deixaram a força de trabalho - 493 mil no segundo trimestre e 808 mil no terceiro - não foram consideradas desempregadas porque não estavam buscando de forma ativa um emprego. Se tivessem procurado e não

tivessem tido sucesso seriam então consideradas desempregadas, pressionando ainda mais o mercado.

Embora os números para o quarto trimestre ainda não tenham sido divulgados, os dados preliminares apontam que o auxílio emergencial não teve efeito nessa redução da busca por trabalho, segundo o pesquisador. O movimento é puxado principalmente por dois fatores: o primeiro é a redução do valor do benefício de R\$ 600 para R\$ 300, desde outubro.

O segundo é a própria redução do isolamento social, que incentiva a retomada das buscas pelos trabalhadores.

Naquele momento, ainda não estava clara uma segunda onda de pandemia no país, que tanto preocupa neste início de ano. Em outubro, o país tinha 14,1 milhões de desempregados, com uma taxa de desemprego de 14,3%, segundo o IBGE.

“No último trimestre, o auxílio perdeu seu impacto na força de trabalho. O valor do benefício foi reduzido e pelo menos até novembro havia uma menor preocupação com a pandemia. Isso motivou a retomada das buscas por trabalho”, diz Duque.

Agora, o recrudescimento da pandemia de covid-19 e o comportamento típico do mercado de trabalho neste início de ano preocupam. Tradicionalmente, a taxa de desemprego avança pelo menos até o fim do primeiro trimestre, em março.

A possibilidade de uma retomada do auxílio emergencial, como vem sendo discutido, poderia ajudar a segurar parcialmente este crescimento, aponta o economista. Sua projeção é que a taxa de desemprego avance de 13,4% no ano passado para 15,3% este ano.

“A aprovação de uma renovação do auxílio emergencial provavelmente ajudaria a diminuir o aumento da taxa de desocupação neste início de ano, tendo em vista a segunda onda da pandemia”, diz o pesquisador do Ibre/FGV.

Na sua avaliação, a melhor estratégia teria sido o governo promover uma mudança mais permanente da política social no segundo semestre do ano passado, seja com

aumento do Bolsa Família ou definição de outro programa.

Como não foi feito, no entanto, Duque é a favor de uma prorrogação do benefício, já que o mercado de trabalho permanece muito fraco. "Talvez poderia ser um valor menor, como R\$ 200, com uma avaliação cuidadosa sobre o público que deve receber, mas uma prorrogação seria interessante pela situação que ainda continua no mercado de trabalho", diz o pesquisador do Ibre/FGV.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Fórmula Melan-Free clareia manchas e está com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

smartphone samsung galaxy a51 sm-a515f tv digital 128gb câmera quádrupla android 10

ZOOM

LINK PATROCINADO

Doutora revela: "você pode resolver suas rugas em casa" (veja como)

DIATENA

LINK PATROCINADO

Empreendedores de Salvador abrem loja virtual fácil

OLIST

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Escalada de mortes e falta de vacinação em massa colocam Bolsonaro em xeque

Bolsonaro quer vincular auxílio a PEC emergencial

Governo busca espaço no Orçamento para estender ajuda

Por Fabio Murakawa e Edna Simão — De Brasília

25/01/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

O presidente Jair Bolsonaro é favorável à prorrogação do auxílio emergencial, mas entende que isso não pode ser feito sem que seja aberto um espaço no Orçamento.

A posição reflete pressões que ele vem sofrendo de sua base no Congresso e da ala política do governo, de um lado, e da equipe econômica, de outro.

Interlocutores que conversaram com o presidente sobre o tema disseram ao **Valor** que Bolsonaro não está propenso a romper com a cartilha do ministro Paulo Guedes e flexibilizar o teto de gastos para pagar o benefício

Tampouco cogita, no momento, emplacar no Congresso um novo Orçamento de Guerra, instrumento com o qual excluiu gastos sociais e outros relacionados à pandemia do cálculo do teto em 2020.

“Se não tem dinheiro, melhor nem fazer [a prorrogação do auxílio]”, tem repetido Bolsonaro, segundo um desses interlocutores.

A atitude ainda não leva em conta a pesquisa Datafolha, que mostrou na última sexta-feira uma alta de 32% para 40% na rejeição ao presidente. Entretanto, o próprio Bolsonaro já previa que o fim dos desembolsos teria reflexos negativos em sua popularidade.

O presidente tem se mostrado favorável à fórmula, que lhe foi levada por auxiliares, de patrocinar a aprovação da PEC Emergencial, ou PEC dos Gatilhos, a fim de abrir espaço no Orçamento para esse gasto social. Mas, para aprová-la, o Congresso teria que superar uma forte resistência do funcionalismo público em relação à proposta.

Também há discussões alternativas no Palácio do Planalto a respeito de promover mudanças no Bolsa Família em vez de prorrogar o auxílio. Uma ideia em análise passa por ampliar a base de beneficiários do programa, além de aumentar o valor dos pagamentos.

Nas tratativas dentro do governo, ainda não se chegou a um valor para o auxílio ou o reajuste do Bolsa família. Tudo isso dependeria também da abertura de espaço no Orçamento.

Em conversas com líderes partidários, interlocutores do Palácio do Planalto têm sentido que há “uma vontade unânime de aprovar a extensão do auxílio”. E que existe uma “apreensão” dos parlamentares relacionada à baixa velocidade da vacinação contra o coronavírus - medida vista como necessária para reanimar a economia. Isso, dizem as fontes, tem aumentado a disposição no Congresso e em setores do governo em favor de maiores gastos sociais.

Entretanto, afirma uma fonte palaciana, grande parte da base aliada no Congresso já entendeu que é preciso aprovar a ajuda, “mas com responsabilidade”. Isso significa não fazer loucura do ponto de vista orçamentário.

Técnicos da área econômica admitem que a medida daria um “estímulo passageiro” à economia. Mas defendem que o Brasil só vai crescer de forma sustentável e gerando emprego e renda quando retomar o ajuste fiscal.

Por isso, o discurso no ministério comandado por Paulo Guedes não tem se alterado: não há recurso no caixa para manutenção deste gasto e que a situação fiscal do país é crítica.

Para este ano, a meta de déficit primária do setor público de R\$ 250,89 bilhões, sendo que R\$ 247,118 bilhões do governo central, e a relação dívida bruta/PIB vai

ultrapassar 90%.

“Temos regras fiscais que esse ano voltam [a valer]: ‘regra de outro’, teto de gastos apertado, fora a necessidade de refinanciar dívida em um ambiente inóspito”, explica um técnico, que se queixa das pressões pela extensão do auxílio. “Todos querem fazer bondades.”

Os técnicos do Ministério da Economia ainda alertam para o fato de a renovação do benefício pressionar ainda mais a inflação. Ou seja, “daria com uma mão e retiraria com a outra”. Planalto e Economia aguardam o desfecho das eleições da mesa da Câmara e do Senado, em fevereiro, para voltar a defender o texto original das PECs do ajuste fiscal (Pacto Federativo, Emergencial e dos Fundos) e a votação do Orçamento de 2021.

A lei terá que ser ajustada para absorver gastos maiores esperados para este ano como, por exemplo, no pagamento de benefícios previdenciários.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Fórmula Melan-Free clareia manchas e está com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

cama box casal com colchão union ortobom

ZOOM

LINK PATROCINADO

Doutora revela: "você pode resolver suas rugas em casa" (veja como)

DIATENA



Por Bruno Carazza

Mestre em Economia e doutor em Direito, é professor do Ibmec... [ver mais](#)

Cheiro de reforma no ar

Não importa quem vença, Bolsonaro terá que mudar

25/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Grandes Reformas Ministeriais

Entre 1985 e 2018

Presidente	Data	Trocas de Ministros	Motivo
■ Sarney	Fev/1986	11	Plano Cruzado
	Out/1987	5	Constituinte
	Jan/1989	5	Pedido de impeachment (CPI da Corrupção)
■ Collor	Abr/1992	5	Pedido de impeachment
■ Itamar	Dez/1993	4	Desincompatibilização para eleições
	Mar-abr/1994	4	
■ FHC I	Abr-jun/1996	5	Dificuldades na aprovação de reformas
	Mar-abr/1998	8	Desincompatibilização para eleições
■ FHC II	Jul/1999	4	Queda de popularidade e de apoio no Congresso
	Mar-abr/2002	10	Desincompatibilização para eleições
■ Lula I	Jan/2004	6	Recomposição da base no Congresso
	Jul-ago/2005	8	Crise do Mensalão
■ Lula II	Mar/2007	9	Recomposição da base no Congresso
	Fev-mar/2010	9	Desincompatibilização para eleições
■ Dilma	Fev-mar/2014	9	Desincompatibilização para eleições
	Out/2015	7	Pedido de impeachment

	Out/2015	7	Pedido de impeachment
■ Temer	Abr/2018	10	Desincompatibilização para eleições

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Palácio do Planalto

Arthur Lira (PP) ou Baleia Rossi (MDB)? Simone Tebet (MDB) ou Rodrigo Pacheco (DEM)? A disputa para o comando da Câmara e do Senado entra na semana decisiva, e o envolvimento direto do presidente da República nas negociações comprova que tudo voltou ao normal na política brasileira.

A Lava-Jato abalou as estruturas do sistema partidário, e a eleição de Bolsonaro foi anunciada como o fim da “velha política”. Apenas dois anos depois, o presidencialismo de coalizão, explicado lá atrás, em 1988, por Sérgio Abranches, dita mais uma vez o ritmo de funcionamento da nossa instável democracia.

■ Não importa quem vença, Bolsonaro terá que mudar

A partir da próxima segunda-feira a (01/02) o destino do país estará nas mãos de filhos de políticos tradicionais - Benedito de Lira, Wagner Rossi e Ramez Tebet. Pacheco, por sua vez, vem de uma família de proprietários de empresas de ônibus, um setor tradicionalmente dependente e credor de poderosos. Brasília girou, girou, e parou no mesmo lugar.

Também não é estranho que os quatro principais candidatos à presidência das Casas Legislativas venham de partidos herdeiros dos dois grandes blocos conservadores sob os quais se estruturou nosso sistema político desde a ditadura militar. Enquanto PP e DEM são filhos legítimos da Arena, o MDB de hoje, apesar de ter se despedido do “P”, nunca deixou de ser o que restou de mais retrógrado da legenda original de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves.

Como um pêndulo, todos os presidentes brasileiros desde a redemocratização tiveram que recorrer aos filhotes da velha Arena ou do velho PMDB para se equilibrar no poder - embora nem todos tenham conseguido completar a travessia sem cair.

Sarney convocou, em diferentes momentos, caciques como Jorge Bornhausen, Hugo Napoleão e Prisco Viana (egressos da Arena) e Iris Rezende (PMDB) para tentar dar base de sustentação ao Plano Cruzado (1986), influenciar a nova Constituinte para obter um quinto ano de mandato (1987/1988) ou abafar uma CPI e um pedido de impeachment (1989).

Quando as denúncias de corrupção começaram a pipocar, no início de 1992, Collor, que se elegeu prometendo que “um novo tempo iria começar”, trouxe para seu governo raposas como Célio Borja, Affonso Camargo e Reinhold Stephanes. Tudo em vão.

Fernando Henrique se elegeu anunciando uma “aliança programática” do PSDB com o PFL (atual DEM). Porém, à medida em que as reformas emperravam, ou a sua popularidade afundava com as denúncias de compra de votos para a reeleição e as crises do Real, teve que ir fazendo concessões e abrigar em seu ministério figuras como Renan Calheiros (Ministro da Justiça), Eliseu Padilha (Transportes) e Ney Suassuna (Integração Nacional).

Lula e o PT também chegaram ao Planalto garantindo renovação, mas já ao fim do primeiro ano tiveram que aceitar Eunício Oliveira e Alfredo Nascimento. Veio o mensalão e embarcaram Saraiva Felipe, Hélio Costa, Márcio Fortes e Silas Rondeau e companhia limitada. No segundo mandato ainda se juntaram Carlos Lupi, Geddel Vieira Lima e Wagner Rossi - tudo em nome da governabilidade.

Dilma já iniciou seu mandato com um amplo ministério que mesclava petistas-raiz com uma ampla base onde cabiam Edison Lobão, Garibaldi Alves, Fernando Bezerra, Mário Negromonte, Carlos Lupi e Alfredo Nascimento. Quando sua popularidade despencou, teve que nomear Marcelo Crivella, Gilberto Kassab, Helder Barbalho, Armando Monteiro e Henrique Eduardo Alves. Nada disso impediu sua queda no início de 2016.

A história brasileira demonstra que crises econômicas, aprovação popular em baixa e dificuldades de sustentação no Congresso sempre forçam o presidente da República a ceder à “velha política” - representada tanto pelo Centrão quanto pelo “pemedebismo”, como diria Marcos Nobre, atual presidente do Cebrap e que por muito tempo ocupou este espaço.

Desde a posse, Bolsonaro mexeu pouco no seu time, na maioria das vezes motivado por intrigas internas (Bebianno, Santos Cruz, Abraham Weintraub e Marcelo Álvaro Antônio) ou desentendimentos com o ex-capitão (Mandetta e Moro). À exceção da nomeação de Fábio Faria, até hoje o presidente resistiu a abrir as portas de seu primeiro escalão para construir alianças partidárias.

Com índices de rejeição em alta e os colapsos na saúde e na economia, Bolsonaro certamente terá que engolir em seco e fazer como todos os seus antecessores para dissipar a tempestade perfeita que se forma no horizonte.

Olhando o ministério atual, há postos cativos de militares, evangélicos, olavistas, agronegócio e da predileção pessoal do presidente - além de Paulo Guedes, que anda bastante sumido ultimamente. Numa eventual reforma ministerial, pastas com grande orçamento em tempos de pandemia e de uma eventual terceira onda do auxílio-emergencial serão bastante cobiçadas pelo Centrão: Saúde, Educação e Cidadania.

Independentemente de quem vença as eleições para as presidências da Câmara e do Senado, Bolsonaro certamente sairá perdendo.

**Bruno Carazza é mestre em economia, doutor em direito e autor de “Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro”. Escreve às segundas-feiras
E-mail: bruno.carazza@gmail.com**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Feliz Sprinter Nova.

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Bônus de até R\$ 15 mil em alguns modelos.

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Fórmula Melan-Free clareia manchas e está com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Governo já espera retração econômica no 1º trimestre

Avaliação é de que início do ano será muito difícil para a economia

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

25/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

A avaliação sobre o comportamento da economia brasileira neste início de ano, que chegou aos principais gabinetes da Esplanada dos Ministérios, não é animadora. “Não será surpresa se ocorrer uma retração da economia no primeiro trimestre”, disse uma importante fonte do governo. “Teremos um trimestre muito difícil e não adianta dourar a pílula”, alertou.

Mesmo assim, o governo trabalha com um cenário de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 3% neste ano, com um maior dinamismo ocorrendo no segundo semestre. “O que pode impedir essa trajetória é o descontrole fiscal e o agravamento da pandemia”, ponderou a fonte.

A expectativa oficial era de uma rápida e intensa retomada. Os dados do segundo semestre do ano passado animaram a todos e o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a falar em retomada em “V”. Já se sabe que isso não vai acontecer.

A mudança de cenário decorre, de acordo com a mesma fonte, do fim dos estímulos econômicos dados pelo governo no ano passado e do recrudescimento da pandemia. Com o auxílio emergencial, o governo injetou algo em torno de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) na atividade econômica, estimulando fortemente a demanda interna.

O efeito negativo do fim do auxílio sobre a atividade econômica era esperado, mas os técnicos consideram que ele coincidiu com a segunda onda da covid-19, que veio com uma intensidade maior do que os especialistas do governo esperavam.

A preocupação da área técnica agora é evitar uma deterioração das expectativas do mercado sobre a sustentabilidade das contas públicas. O debate público em torno da renovação do auxílio emergencial, defendido pelos dois candidatos apoiados pelo governo para as presidências do Senado e da Câmara, já afetou as expectativas. O Ministério da Economia não vai participar abertamente do debate, enquanto a eleição das duas mesas não for concluída.

Os dados que chegam ao Palácio do Planalto, no entanto, mostram que, mesmo que o auxílio emergencial seja melhor focado e o valor do benefício seja reduzido para R\$ 200, ele custará cerca de R\$ 7 bilhões por mês. Se o novo auxílio durar três meses, o custo atingirá R\$ 21 bilhões. Como este gasto não está no Orçamento deste ano, ele teria que ser feito por meio de crédito extraordinário, com mais endividamento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Fórmula Melan-Free clareia manchas e está com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

smartphone samsung galaxy a51 sm-a515f tv digital 128gb câmera quádrupla android 10

ZOOM

LINK PATROCINADO

Prepare-se para o ENCCEJA com a UNIASSELVI e o canal Termine Seus Estudos.

UNIASSELVI

Justiça garante certidão fiscal a contribuintes inadimplentes

Decisões beneficiam empresas com prestações de parcelamentos em atraso

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

25/01/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas



A Justiça Federal de Minas Gerais vem permitindo que empresas obtenham a certidão de regularidade fiscal mesmo com prestações de parcelamentos em atraso. Esse entendimento - proferido em pelo menos três decisões recentes - vale somente para contribuintes que, apesar de inadimplentes, não foram excluídos dos programas.

É comum nos parcelamentos de dívidas tributárias haver uma regra específica com os motivos que podem levar à exclusão do contribuinte. Todos eles preveem, por exemplo, um determinado número de parcelas em atraso.

O Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), o último do tipo Refis lançado pelo governo federal, no ano de 2017, por exemplo, determina a exclusão com três parcelas consecutivas em aberto ou seis alternadas.

Já o parcelamento do tipo simplificado, que é oferecido o ano todo pelo governo e permite o pagamento das dívidas em até 60 meses, prevê a exclusão do contribuinte com três parcelas em atraso somente.

Os casos que foram julgados em Minas Gerais envolvem empresas com duas prestações em atraso. Elas estão inadimplentes, mas permanecem com o parcelamento vigente.

As três são prestadoras de serviços e vêm sendo fortemente atingidas pela crise gerada pela pandemia, segundo o advogado Túlio Pieroni, do escritório Massara Pieroni, que atua nesses casos. Antes, afirma, as companhias nunca atrasaram os pagamentos.

“Mas esse nem foi o motivo determinante para a decisão. Nós argumentamos que o artigo 151, inciso 6º, do CTN [Código Tributário Nacional] prevê que o parcelamento é causa de suspensão de exigibilidade do débito tributário. As empresas, apesar do atraso nas parcelas, mantinham os parcelamentos vigentes”, diz.

A Receita Federal havia negado o pedido de renovação das certidões com o argumento de que todos os pagamentos deveriam estar em dia.

Uma das decisões que beneficia o contribuinte foi proferida pela 5ª Vara Cível Federal. Envolve uma empresa do setor de limpeza. A companhia tem duas prestações em atraso no Pert, referentes aos meses de setembro e outubro, e outros valores em aberto, do mês de outubro, no parcelamento simplificado.

“As pendências apontadas como impeditivas da emissão da certidão de regularidade fiscal não se prestam a justificar a negativa de fornecimento do referido documento”, diz, na decisão, o juiz Itelmar Raydan Evangelista, levando em conta as regras de exclusão dos parcelamentos (processo nº 1055147-74.2020.4.01.3800).

As outras duas decisões, nesse mesmo sentido, foram proferidas pela 7ª e 22ª Vara Cíveis Federais de Minas Gerais (processos nº 1055139-97.2020.4.01.3800 e nº 1055168-50.2020.4.01.3800, respectivamente). As três têm caráter liminar.

Os contribuintes, nesses casos, obtiveram o direito à chamada certidão positiva com efeito de negativa. Indica que o contribuinte tem débitos - e por isso é positiva -, mas tem efeito de negativa porque estão garantidos ou há causa de suspensão da exigibilidade (uma decisão judicial ou o parcelamento, por exemplo).

O resultado prático, no entanto, é o mesmo da Certidão Negativa de Débitos (CND). Sem esse documento, as empresas não conseguem participar de licitações, de concorrências ou mesmo obter empréstimos.

Não há muitas decisões desse tipo no país, de acordo com advogados. A última que se tem notícias, com decisão favorável ao contribuinte, é do ano de 2012. Foi proferida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, com sede em Brasília.

O advogado Marcelo Annunziata, do escritório Demarest, diz que as discussões mais comuns na Justiça envolvem a exclusão dos parcelamentos. E, ainda assim, mesmo nesses casos, os contribuintes geralmente obtêm decisões favoráveis quando conseguem demonstrar que agiram de boa-fé.

Em um julgamento recente, realizado na 2ª Turma do TRF da 3ª Região, que abrange os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, um contribuinte conseguiu se manter no programa. O Fisco tentava excluí-lo porque algumas parcelas que foram pagas entre a adesão ao parcelamento e o momento de consolidação tinham valores um pouco mais baixos e o contribuinte não acertou as diferenças.

“A boa-fé do contribuinte é evidente. Até a propositura da demanda vinha mantendo em dia o recolhimento das prestações mensais, bem como demonstrou interesse na regularização do parcelamento junto à administração fazendária”, afirma a decisão (processo nº 5000275-31.2017.4.03.6115).

Quando a exclusão do programa sequer é cogitada, diz Annunziata, não há motivo nenhum para o Fisco negar a certidão de regularidade fiscal. “Uma questão decorre da outra. Se não foi excluído, não está inadimplente. Os efeitos do programa continuam válidos e a exigibilidade da cobrança daqueles débitos continua suspensa.”

Leo Lopes, sócio do FAS Advogados, lembra que no artigo 151 do Código Tributário Nacional consta somente “parcelamento” como causa para suspensão da exigibilidade do débito. “Não fala em parcelamento em dia ou parcelamento sem nenhum débito”, afirma.

O advogado chama a atenção ainda que, na esfera federal, as certidões de regularidade fiscal precisam ser renovadas a cada seis meses. Significa, então, que se o contribuinte continuar atrasando os pagamentos, ele será excluído do programa e da próxima vez não terá acesso ao documento.

“O fato de reconhecer o direito à certidão de regularidade fiscal tendo uma ou duas parcelas em atraso não significa que os juízes estão valorizando ou protegendo a inadimplência”, diz Leo Lopes.

Para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no entanto, os fundamentos legais para a exclusão de parcelamento e a expedição de certidão não se confundem. Diz, em nota, que “os parcelamentos têm por objeto débitos vencidos e não pagos no órgão de origem” e que “o parcelamento, embora provoque a suspensão do crédito, não implica a suspensão de exigibilidade das parcelas”.

Consta ainda na nota que, em razão da pandemia, tanto a PGFN como a Receita Federal prorrogaram o prazo de validade das certidões de regularidade fiscal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Fórmula Melan-Free clareia manchas e está com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

cama box casal com colchão union ortobom

ZOOM

LINK PATROCINADO

Doutora revela: "você pode resolver suas rugas em casa" (veja como)

DIATENA

LINK PATROCINADO

Como fazer uma pós-graduação de qualidade pagando menos.

PUC-SP

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Em recado a Doria, Bolsonaro diz que vacina é do Brasil, não de um governador

VALOR INVESTE

Escalada de mortes e falta de vacinação em massa colocam Bolsonaro em xeque

VALOR INVESTE

Butantan entra com novo pedido de uso emergencial para Coronavac

Piora da pandemia dá início a onda de revisões para o PIB

Parte dos analistas diz que restrição à atividade reduzirá expansão neste ano de 4% a 4,5% para 2% a 3%

Por Ana Conceição e Arícia Martins — De São Paulo

25/01/2021 05h01 · Atualizado há uma hora



José Francisco de Lima Gonçalves, do Banco Fator: “Acho muito difícil o governo apostar na extinção do auxílio” — Foto: Luis Ushirobira/Valor

O recrudescimento da pandemia, a possibilidade de restrições mais abrangentes à movimentação de pessoas e a retirada do auxílio emergencial podem prejudicar o crescimento da atividade neste ano, segundo economistas. O aumento das incertezas fez com que se iniciasse um movimento de revisão das estimativas mais positivas para o Produto Interno Bruto (PIB), enquanto casas que já esperavam um crescimento mais baixo mantiveram suas expectativas mais conservadoras.

Bolsonaro quer vincular auxílio a PEC emergencial

Governo já espera retração econômica no 1º trimestre

TCU deve aprovar crédito extra de 2020

Um bom número de analistas ainda espera crescimento entre 3,5% e 4% em 2021. No penúltimo relatório Focus, do Banco Central, a mediana das estimativas de cerca de 70 casas chegou até a subir, de 3,41% para 3,45%. Mas há espaço para revisões baixistas.

Com uma visão mais pessimista que o consenso de mercado para 2021 já há algum tempo, o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, diz que muitas instituições com números entre 4% e 5% já estão revendo as suas projeções, que tendem a ficar na faixa de 2% a 3% para o crescimento deste ano.

“Já tínhamos preocupações com o processo muito lento da vacina e com a pandemia, que já dava sinais de volta, e a situação política sempre trouxe sinais de estresse que não tendiam a acalmar. É um cenário ruim, principalmente para investimentos”, comenta Vale, que projeta expansão de 2,6% para o ano.

Essa estimativa embute uma leve retração da atividade no primeiro trimestre, mas é possível que o PIB recue também no segundo trimestre, aponta Vale, o que traria a economia brasileira de volta a um ciclo recessivo. Para ele, a única forma de evitar que isso ocorra é acelerar o cronograma de imunização - algo que considera pouco provável.

A consultoria Oxford Economics diz que dados de alta frequência mostram forte queda da atividade em dezembro e uma provável contração em janeiro, por causa

da retirada do auxílio emergencial. A renda das famílias deve cair 17% no primeiro trimestre deste ano ante o pico registrado no terceiro trimestre do ano passado. Com isso, o PIB deve recuar 0,8% de janeiro a março na comparação com o quarto trimestre do ano passado.

José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, que defende a continuidade de algum tipo de auxílio, diz que os parlamentares têm dado sinais na direção de continuidade do programa. E mesmo o Executivo deve apoiar a medida. “Acho muito difícil o governo apostar na extinção do auxílio”, afirma. Principalmente porque atividade e emprego vão estar piores do que se imaginava, acrescenta. O Fator estima crescimento de 2,5% no PIB em 2021. A forma como a prorrogação será feita preocupa, diz Gonçalves, que aponta ser necessária uma “mudança ordenada” na questão, mas não vê isso acontecendo por falta de aptidão do governo.

Para Gonçalves, com ou sem auxílio, os preços da economia, como o dólar, serão pressionados, seja pelo ambiente político, seja por medidas populistas. “Minhas projeções nunca ficaram abaixo de R\$ 5,50”, diz. Apesar disso, ele acredita que a inflação pode ir a 3%, por causa da fraqueza da atividade.

Silvio Campos Neto, economista sênior da Tendências Consultoria, que estima crescimento de 2,9%, diz que se restrições como o “lockdown” parcial em São Paulo forem abrangentes e duradouras, uma revisão desse número pode ser necessária. Quanto ao auxílio, ele acredita que alguma extensão vai ser adotada, até para fazer frente ao impacto da pandemia na retomada do emprego e da renda.

O problema é de onde tirar os recursos sem romper o teto de gastos. “Nesse quadro, os ativos brasileiros devem permanecer pressionados e voláteis, em especial o câmbio. Não se pode descartar novos picos no curto prazo, ainda que para os próximos meses a expectativa seja de um real mais valorizado, num cenário de preservação das regras fiscais”.

Economista-chefe do banco Alfa, Luis Otávio de Souza Leal afirma esperar os resultados fechados dos índices de confiança deste mês para rever seu cenário econômico, que conta com alta de 0,5% para o PIB de janeiro a março. “Se você perguntar para qualquer economista sobre a visão que tinha para o crescimento do

primeiro trimestre há um mês e essa visão agora, sem dúvida nenhuma o viés é de baixa.”

Segundo Leal, a tendência é que a economia fique praticamente estagnada no primeiro trimestre. Isso reduziria a projeção do banco para o crescimento na média do ano, de 4,2%, para algo como 3,5%. Para o economista-chefe do Alfa, a perda de ritmo da atividade no começo do ano já está dada. Nem a aceleração no cronograma de vacinação estancaria o processo.

É difícil argumentar contra a volta do auxílio emergencial, tendo em vista o enorme impacto social que a doença está causando, mas o “coronavoucher” não cabe dentro do teto de gastos, afirma Leal. Por isso, uma solução seria aprovar a PEC Emergencial, que dispara os gatilhos do teto. “O problema é o ‘timing’ disso tudo. Mas dar auxílio estourando o teto vai piorar as condições financeiras”.

Mais otimista, o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, mantém a expectativa de crescimento de 4% no PIB deste ano. O crescimento mundial e o aumento dos preços das commodities, no lado externo, e a taxa de juro real negativa, no interno, devem ajudar na expansão da atividade. O carregamento estatístico de 3% em 2020 deve fazer parte do trabalho.

Padovani parte da hipótese de que o teto de gastos será respeitado e que uma eventual prorrogação do auxílio seria feita por meio da realocação de despesas dentro do Orçamento. Ele diz que a atividade pode responder mais rapidamente no segundo semestre se a vacinação engrenar. “O setor de serviços voltaria mais rápido”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Fórmula Melan-Free clareia manchas e está com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

TCU deve aprovar crédito extra de 2020

Governo também não precisará respeita limite de restos a pagar

Por **Murillo Camarotto** — De Brasília

25/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve liberar o governo federal a manter fora do teto de gastos deste ano os créditos extraordinários abertos em 2020 com base no Orçamento de Guerra. Também não precisará ser respeitado o limite os restos a pagar referentes a esses mesmos créditos. O tema será debatido pelo plenário de ministros na próxima quarta-feira.

Após analisar a questão, a Secretaria de Macroavaliação Governamental, responsável pela análise das contas públicas, entendeu que “desde que estejam de acordo com os pressupostos constitucionais de urgência, relevância e imprevisibilidade”, esses gastos não devem ser computados como despesa primária e, portanto, podem ficar fora das regras do teto de gastos.

Antes de fazer a recomendação, a área técnica ouviu a Secretaria do Tesouro Nacional e a Casa Civil, que se manifestaram a favor da exclusão dos gastos. De acordo com o relatório do tribunal, a legislação não estabelece limite temporal da execução das despesas.

“Assim, independentemente do momento em que ocorrer o pagamento da despesa, seja no mesmo exercício da autorização, seja em exercício futuro à autorização orçamentária, na forma de restos a pagar, os gastos positivados (créditos extraordinários) não serão computados nos limites de que trata o artigo”, explica a área técnica do tribunal.

No final de 2020, o Ministério da Economia projetou despesas de R\$ 31,6 bilhões do Orçamento de Guerra ficariam para 2021, montante que já inclui os R\$ 20 bilhões dedicados à compra de vacinas. Os valores ficam fora do teto, mas afetam o resultado primário, que é a diferença entre receitas e despesas.

Embora a posição da área técnica não tenha agradado a todos os ministros do TCU, não há expectativa de que algum se manifeste contrariamente.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Fórmula Melan-Free clareia manchas e está com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Tenha sempre por perto uma Super Lupa, um dia precisará

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Chegou o Cashback SuperGet

SUPERGET

LINK PATROCINADO

smartphone samsung galaxy a51 sm-a515f tv digital 128gb câmera quádrupla android 10

ZOOM

LINK PATROCINADO

5 coisas importantes para escolher um curso de pós

PUC-SP

LINK PATROCINADO

Prepare-se para o ENCCEJA com a UNIASSELVI e o canal Termine Seus Estudos.

UNIASSELVI

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Bolsonaro volta a lançar dúvidas sobre CoronaVac, aprovada pela Anvisa